



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

JÉSSICA PRYSCILA OLIVEIRA MARTINS

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DIANTE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA
ANÁLISE CURRICULAR DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO
FÍSICA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DE PERNAMBUCO

RECIFE
2019

JÉSSICA PRYSCILA OLIVEIRA MARTINS

A Formação De Professores Diante da Educação Inclusiva: uma análise
curricular dos cursos de licenciatura em educação física das
universidades públicas de Pernambuco

Monografia apresentada à
Universidade Federal Rural de
Pernambuco, como requisito parcial
para obtenção do título de Graduação
em Licenciatura em Educação Física.

Orientadora: Professora Dra.
Rosângela Cely Branco Lindoso.

RECIFE
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

M386f Martins, Jéssica Pryscila Oliveira.

A formação de professores diante da educação inclusiva: uma análise curricular dos cursos de licenciatura em educação física das Universidades públicas de Pernambuco / Jéssica Pryscila Oliveira Martins. – Recife, 2019.

66 f.: il.

Orientador(a): Rosangela Celly Branco Lindoso.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Educação Física, Recife, BR-PE, 2019.

Inclui referências e apêndice(s).

1. Currículo 2. Professores- Formação 3. Educação física para pessoas com deficiência 4. Educação inclusiva I. Lindoso, Rosangela Celly Branco, orient. II. Título

CDD 796

JÉSSICA PRYSCILA OLIVEIRA MARTINS

A Formação De Professores Diante da Educação Inclusiva: uma análise curricular dos cursos de licenciatura em educação física das universidades públicas de Pernambuco

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em Licenciatura em Educação Física.

Data de Aprovação: Recife – PE, _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Rosangela Cely Branco Lindoso, Prof.^a Dra.
(Orientadora – Universidade Federal Rural de Pernambuco)

Leane Pereira Cordeiro, Prof.^a Ms
(Membro 1 – Universidade Federal Rural de Pernambuco)

Tuillamys Virginio de Oliveira, Prof. Grad
(Membro 2 – Licenciado em Educação Física)

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, por estar comigo em todos os momentos de minha vida, por não ter me desamparado, ter me sustentado durante toda a trajetória acadêmica, por ser o pilar desta e tantas outras conquistas que tem a mim concedido nessa jornada de vida.

A minha família, ao meu pai Armando Martins e meu irmão Gleyson Oliveira Martins, pelo incentivo em todos os momentos e por toda torcida. Com eles compartilho a realização deste trabalho que é um dos momentos mais importante da minha vida. Agradeço a minha prima Vitória Almeida, cujos conselhos foram determinantes e me fizeram prosseguir nesta escolha, acreditou em mim e me incentivou a não desistir, contribuindo para esta conquista. Agradeço em especial ao meu noivo Fernando Andrade, que acompanhou todas as minhas aflições, e sempre me apoiou, incentivou, que acredita em meus sonhos e me encoraja a realizá-los, e por toda sua paciência para comigo nesta etapa de conclusão de curso. O agradeço pelo companheirismo e auxílio nas decisões mais difíceis, agradeço também a sua família que esteve presente em toda caminhada para realização desta etapa.

Aos meus amigos de curso, amizades que constitui ao longo da graduação pra vida Dailson Carlos, Gabriela Monteiro, Sandy Guedes, Sara Holanda, Tuillamys Oliveira, e em especial a Thúlio Albuquerque, que desde o primeiro momento da graduação esteve comigo e permaneceu ao meu lado durante toda a trajetória acadêmica, como verdadeiro irmão, o seu auxílio contribuiu significativamente para a realização deste trabalho, sua ajuda e incentivo foram essenciais. Agradeço a todos, por ter compartilhado e dividido comigo as alegrias, angústias, aflições e superações, e a todos que de alguma maneira contribuíram direta ou indiretamente.

A minha orientadora Rosangela Cely Branco Lindoso pela dedicação e todo suporte à elaboração deste trabalho, por toda paciência e orientação. A Professora Nayana Tavares Pinheiro pelo auxílio e ao Professor Ricardo Lima pelo auxílio nas aulas da disciplina de monografia ao desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores que fizeram parte da minha trajetória acadêmica, e que com sua dedicação contribuíram para minha formação.

A Universidade Federal Rural de Pernambuco, pela oportunidade e acolhimento.

Gratidão a todos!

*Dedico este trabalho a minha amada e querida mãe Maria de Lourdes Oliveira,
que com amor e bondade sempre me incentivou a ser uma pessoa melhor.*

(In Memoriam)

RESUMO

O Presente estudo discorre sobre o currículo no contexto da perspectiva inclusiva nos cursos de licenciatura em Educação física. Teve por objetivo geral: analisar de que forma a perspectiva inclusiva se apresenta nos currículos das Universidades Públicas do Estado de Pernambuco e como objetivos específicos: a) compreender os aspectos conceituais e históricos da Educação Física Inclusiva; b) Problematizar a Educação Física Inclusiva enquanto componente curricular; c) Identificar aproximações e distanciamentos das disciplinas nas matrizes curriculares com a temática Educação Física Inclusiva. A pesquisa tomou por referências norteadoras para sua produção a Declaração de Salamanca (1994), Stainback e Stainback (1999), entre outros autores e documentos, bem como, o Projeto Político Pedagógico de cada instituição aqui estudada. Para tratar das questões relacionadas ao histórico das pessoas com deficiência, trazemos Sasaki (2003), Amiralian (2000), entre outros, questões relativas ao contexto histórico do currículo, trazemos Goodson (1995), Moreira (1999), entre outros. E questões ligadas à educação, Garcia (1999), entre outros. Baseou-se na abordagem metodológica de pesquisa de natureza qualitativa, do tipo exploratória. Para tanto a técnica de coleta de dados utilizada como instrumento foi: a análise documental. Onde foram analisados programas de disciplinas que tem como eixo temático, a inclusão e para compreensão e tratamentos dos dados, usou-se a análise de conteúdo. Conclui-se que currículo das universidades de Pernambuco nos cursos de Licenciatura em Educação Física apesar de constar em sua matriz curricular constar disciplinas voltadas para a inclusão, isto não se evidencia no contexto educacional para o ensino no contexto educacional inclusivo, onde requer que seja oferecido maior suporte para a materialização dos conhecimentos da Educação Física. Sendo importante ampliar e aperfeiçoar a perspectiva da Inclusão no curso, para que assim os discentes e futuros professores, sintam-se aptos e habilitados para atuação educacional na perspectiva da inclusão. O trabalho apresenta de modo sucinto, aspectos relacionados á formação acadêmica para professores do curso de Educação Física, ofertada pelas Universidades Públicas de Pernambuco por meio da grade curricular.

Palavras-chave: Currículo, Formação de professores; Educação Física; Inclusão; Deficiência.

ABSTRACT

The present study discusses the curriculum in the context of the inclusive perspective in undergraduate courses in Physical Education. It had as a general objective: to analyze how the inclusive perspective is presented in the curricula of the Public Universities of the State of Pernambuco and as specific objectives: a) to understand the conceptual and historical aspects of Inclusive Physical Education; b) To problematize Inclusive Physical Education as a curricular component; c) To identify approximations and distances of the disciplines in the curricular matrices with the theme of Inclusive Physical Education. The research took as guiding references for its production the Declaration of Salamanca (1994), Stainback and Stainback (1999), among other authors and documents, as well as, the Political Pedagogical Project of each institution studied here. To address the issues related to the history of people with disabilities, we bring Sasaki (2003), Amiralian (2000), among others, questions related to the historical context of the curriculum, we bring Goodson (1995), Moreira (1999), among others. And issues related to education, Garcia (1999), among others. It was based on the methodological approach of research of qualitative nature, of the exploratory type. For this, the technique of data collection used as an instrument was: the documentary analysis. Where subjects' programs were analyzed that have thematic axis, the inclusion and for the understanding and treatment of the data, the content analysis was used. It is concluded that the curriculum of the universities of Pernambuco in the undergraduate courses in Physical Education, despite the inclusion in their curricular matrix of disciplines focused on inclusion, this is not evident in the educational context, where it requires that greater support be provided for the materialization of the knowledge of the PE. It is important to broaden and perfect the perspective of Inclusion in the course, so that the students and future teachers, feel apt and qualified for educational action in the perspective of inclusion. The paper presents succinctly aspects related to the academic formation for teachers of the Physical Education course, offered by the Public Universities of Pernambuco through the curriculum.

Key-words: Curriculum, Teacher training; Inclusion; Deficiency.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 ASPECTOS CONCEITUAIS E BREVE HISTÓRICO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	16
2.1. Breve Histórico da Educação Inclusiva.....	21
3 CURRÍCULO COMO FERRAMENTA PARA FORMAÇÃO DOCENTE	25
4 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	32
5 METODOLOGIA.....	36
5.1 Instrumentos.....	37
5.2 Seleção do Campo e Sujeitos	38
5.3 Caracterização da Amostra	41
5.4 Técnica de Análise	42
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES	45
6.1 Análises por instituições	50
6.2 Formação	53
6.2.1 Currículo	57
6.2.2 Relevância.....	57
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	60

Lista de Siglas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONU – Organizações das Nações Unidas

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

NSE – Nova Sociologia da Educação

CNE – Conselho Nacional da Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

Lista de Tabelas

Quadro 1 - Roteiro didático para análise de conteúdo. Fonte: Souza Júnior, Melo e Santiago (2010, p.35) pág.43

Quadro 2 - Indicadores para análise de conteúdo. Adaptada de Souza Júnior, Melo e Santiago (2010, p.35) pág.44

Quadro 3 - Identificação das unidades de contexto e de registro. Adaptada de Souza Júnior, Melo e Santiago (2010, p.38). pág. 45

Tabela 1 - Disciplinas Específicas voltadas para a temática Inclusão. Fonte: Matriz curricular das Universidades Públicas do Estado de Pernambuco que oferecem o curso de Licenciatura em Educação Física, no ano de 2019. Pág. 47

Tabela 2 - Ementas das Disciplinas voltadas especificamente para a temática Inclusão. Fonte: PPP das Universidades Públicas do Estado de Pernambuco que oferecem o curso de Licenciatura em Educação Física, no ano de 2019. Pág. 48 -49

1 INTRODUÇÃO

A temática inclusão permeia por diversas questões que são merecedoras de atenção. Dessa forma, é relevante que se tenha um olhar para o currículo universitário durante o processo de ensino e aprendizagem, quanto a sua contribuição voltada para essa temática na formação docente.

A Educação inclusiva de maneira geral tem sido alvo de muitos debates pertinentes ao longo dos anos, sobretudo, em relação à diversidade e de como lidar com a mesma. Apesar de toda discussão que engloba essa temática, sabe-se que em relação às oportunidades para este público, ainda é relativamente baixa, apesar de inúmeras discussões que ocorreram historicamente e conquistas alcançadas.

A inclusão de alunos que possuem algum tipo de deficiência no âmbito escolar, sobretudo nas aulas do componente curricular da Educação Física, é um desafio constante a ser vencida pelos professores, bem como todos os setores da escola, que juntos têm por objetivo possibilitar e proporcionar um ensino de qualidade e igualitário. Tem-se buscado cada vez mais um olhar diferenciado quanto à importância da preparação de professores para atuação no contexto educacional inclusivo considerando sua relevância e contribuindo para sua visibilidade.

Diante disso, a motivação do presente estudo deriva da vivência extracurricular, onde tive o primeiro e breve contato enquanto estudante do curso de Licenciatura em Educação Física da UFRPE, com esse público, proporcionada através da disciplina Educação Física Inclusiva.

Neste período de formação docente, pude observar que o currículo ofertado no curso de Licenciatura em Educação Física oferece disciplinas voltadas para a inclusão, contudo, em decorrência da carga horária que são destinadas a elas, não possibilita ao professor tempo suficiente para ministrar suas aulas com os conteúdos de forma abrangente, bem como aos discentes, em ter um aprofundamento nesse conhecimento, perpassando por essas disciplinas muito rapidamente.

Além disso, em um universo onde 46 (quarenta e seis) disciplinas, apenas 02 (duas) delas remeteram a perspectiva de inclusão, o que causou inquietações ao decorrer da formação acadêmica ao deparar-me com a carência de experiências e conhecimentos para a relação teórico-prática, na trajetória acadêmica, que

consequentemente ocasionam vulnerabilidades, afetando assim a formação universitária inicial para atuação no contexto educacional inclusivo.

Diante do crescente número de pessoas com algum tipo de deficiência no Brasil, como aponta os Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹ entre os anos 2000 a 2010, que revelam 23,9% da população brasileira contendo algum tipo de deficiência, (intelectual, física, visual e auditiva) o que é uma expressiva parcela da população, representando uma porcentagem alarmante e chama atenção para a necessidade em buscar caminhos para uma prática eficaz que possa atender as necessidades de todos os alunos.

Portanto, é necessário que se dê subsídios durante a formação para atuação deste profissional, para que ele possa sentir-se capacitado e preparado a atender esses alunos e possibilitar um ensino igualitário, transmitindo o conhecimento e educando da mesma maneira que os demais.

Neste contexto da inclusão da pessoa com deficiência, é importante pensar no papel do currículo e como ele vai impactar nesse processo de formação para atender essas especificidades em sua organização, dando mais atenção para a temática e oportunizando uma construção curricular adequada que possibilite uma educação inclusiva significativa para os discentes.

Assim, diante da preocupação acerca da apropriação desse conhecimento, sobre de que forma o professor de Educação Física pode trabalhar com esse público, e oferecer condições apropriadas através da disciplina de Educação Física, que é um importante fator contribuinte para o desenvolvimento desses indivíduos por intermédio de uma prática pedagógica adequada, sendo capaz de estimular suas potencialidades. É necessário que o professor se sinta apto a lecionar para este público alvo.

Sendo assim, a presente pesquisa tem como relevância institucional, auxiliar em reflexões acerca da diminuição entre o distanciamento da temática inclusão durante a formação acadêmica, contribuindo com discussões sobre a mesma. Relevância profissional pela necessidade em sentir-se capacitado ao desempenhar a profissão na perspectiva da inclusão. Por fim, relevância pessoal, propiciar aos

¹Resultados do Censo Demográfico, lançados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes à 2000 e 2010, respectivamente, disponíveis em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/20122002censo.shtm>>; <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/default_caracteristicas_religiao_deficiencia.shtm>.

alunos que tenham deficiência, práticas efetivas no processo de incluí-los nas aulas, a partir de estratégias com conteúdo estimulante e criativo, sendo capaz de reconhecer e adaptar as aulas aos diferentes níveis de aprendizagem.

Assim, esta pesquisa buscou refletir acerca das disciplinas que compõe a matriz curricular surgindo o seguinte questionamento: De que forma se apresenta a perspectiva inclusiva nos cursos de licenciatura em Educação Física das Universidades Públicas do Estado Pernambuco?

Continuando no propósito de refletir sobre a questão que se propõe este trabalho, é relevante considerar que, para dialogar sobre a formação de professores que as universidades aqui estudadas propõem para futuros docentes na perspectiva inclusiva, por meio do seu currículo e das disciplinas destinadas especificamente a esse campo no decorrer da graduação. Busca-se responder essas inquietações através do objetivo geral da presente pesquisa que é: Analisar de que forma a perspectiva inclusiva se apresenta nos currículos das Universidades Públicas do Estado de Pernambuco.

A fim de alcançá-lo traçamos como objetivos específicos: a) Compreender os aspectos conceituais e históricos da Educação Física Inclusiva; b) Problematizar a Educação Física Inclusiva enquanto componente curricular; c) Identificar aproximações e distanciamentos com a temática Educação Física Inclusiva, das disciplinas presentes nas matrizes curriculares.

Para tanto, basearemos a presente pesquisa tomando como norte de análise, livros, bem como, artigos e periódicos disponíveis online obtidos em revistas como: Pensar a prática, Motrivivência, Movimento, Motriz, Educação Especial, a partir de descritores como, Inclusão, Currículo, e Formação de professores, assim como, documentos oficiais de cada instituição, Projeto Político Pedagógico (PPP) ou (PPC), a declaração de Salamanca, e legislações que tratam da educação na perspectiva inclusiva, entre outros.

O presente trabalho tem como característica uma abordagem qualitativa, visto que esse tipo de abordagem não busca verificar e explicar dados estatisticamente. Segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 32) este tipo de pesquisa que se preocupa

[...] com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Assim, a escolha desse tipo de pesquisa parte do princípio que a perspectiva das pessoas pode ser conhecida e atribuída um significado, permitindo aferir os conhecimentos, valores e atitudes das mesmas.

O encaminhamento da pesquisa se norteou de caráter bibliográfico, que conforme Severino (2007, p.122), se realiza a partir de registros disponíveis, decorrente de pesquisas anteriores em documentos impressos, como livros, artigos, teses. Ou seja, é composto por referência teórica que outros autores já abordaram sobre a temática a ser tratada. Bem como, se trata também de uma pesquisa documental, visto que utilizamos como objeto a ser estudado e analisado o PPC do curso de Licenciatura em Educação Física das Universidades supracitadas.

Que ainda segundo Severino (2007, p 123), a pesquisa documental tem-se como fonte de documentos o sentido amplo, ou seja, não apenas documentos impressos, mas, sobretudo outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais, que ainda não tiveram nenhum tratamento analítico. E terá como técnica de análise a análise de conteúdo, que de acordo com Severino (2007 p. 121), possibilita tratar e analisar as “informações constantes de um documento, sob forma de discursos pronunciados em diferentes linguagens: escritos, orais, imagens, gestos. [...] Trata-se de se compreender criticamente o sentido manifesto ou oculto das comunicações”

Esse estudo está estruturado da seguinte forma: Além deste primeiro capítulo, que se refere à introdução, e está composta pela apresentação da temática, objetivos, problemática e justificativa. No segundo capítulo, apresentaremos um breve contexto histórico sobre a evolução do conceito, características e nomenclatura voltada para deficiência, além disso, destacaremos os aspectos da educação inclusiva, ao decorrer de sua trajetória e mudanças ocorridas até os atuais. No terceiro capítulo, será abordado sobre os aspectos curriculares, teremos algumas considerações sobre questões que permeiam, influenciam, e refletem na formação do professor de Educação Física.

No quarto capítulo, será trabalho sobre a formação acadêmica de professores no curso de Educação Física e a perspectiva inclusiva, sobre a capacitação e contribuição para um progresso à educação que valorize e respeite a diversidade presente na sociedade. Já o quinto capítulo será formado pela descrição da metodologia, onde apresentaremos os procedimentos da pesquisa. Por fim, no sexto capítulo, serão apresentados os dados e informações coletadas e iniciaremos as discussões acerca dos resultados da pesquisa.

2 ASPECTOS CONCEITUAIS E BREVE HISTÓRICO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Para analisarmos os aspectos inclusivos diante da formação docente, é necessário antes disso compreender um pouco dos diferentes conceitos e nomenclaturas utilizadas para as pessoas com deficiência, a sua trajetória e o tratamento perante a sociedade, considerando como a deficiência foi vista ao longo da história, bem como suas características e evolução ao decorrer do tempo, e a oportunidade de acesso às informações, às crenças, e concepções da época.

A fim de dissertar sobre o percurso e como ocorreu a construção do contexto histórico que nos possibilite alcançar a compreensão de como se constituiu essa trajetória, nos apoiaremos em autores como CORRÊA (2004), GUGEL (2008), e SASSAKI (2003).

Ao longo da história, nos primórdios da humanidade, as pessoas que tinham algum tipo de limitação, tais como deformação física, eram vistas como algo ruim para a sociedade. Pelas concepções equivocadas da época, as crianças que nascessem com alguma deficiência eram abandonadas por seus familiares.

Na Grécia e Roma antiga, as leis existentes apoiavam e incentivavam os pais que tivessem filhos com alguma deficiência física a abandonarem as crianças em lugares pela cidade como em margens de rios. Por consequência, as crianças acabavam chegando a mãos indevidas, de pessoas mal-intencionadas, e terminavam por se aproveitarem delas explorando-as diante de suas diferenças (GUGEL, 2008). Portanto, o que a história nos revela é que o abandono era provavelmente uma prática bastante comum.

Na antiguidade, o tratamento que as pessoas com deficiência recebiam ocasionava a exclusão social e era fruto da falta de conhecimento. Isso resultou em preconceito, superstições e discriminação em razão de suas limitações. Atos como esses foram perpetuados por longos períodos nas sociedades predominantes em cada época.

Em Esparta, quando as crianças nasciam com algum tipo de deficiência eram consideradas como algo desumano, por esta razão eram abandonadas. Anteriormente ao cristianismo, os espartanos praticavam algumas crenças onde se deveriam lançar as crianças que tivessem alguma deformidade em um precipício. Contudo, um recém-nascido de uma linhagem considerada importante, pelas leis da

época, os pais deveriam apresentar as crianças ainda muito pequenos, para que fosse examinada por uma comissão oficial, composta por anciãos, com reconhecimento de autoridade em uma espécie de reunião para conhecer o novo integrante da sociedade. Segundo as leis predominantes:

Se lhes parecia feia, disforme e franzina, como refere Plutarco, esses mesmos anciãos, em nome do Estado e da linhagem de famílias que representavam, ficavam com a criança. Tomavam-na logo a seguir e a levavam a um local chamado Ápothetai, que significa depósito. Tratava-se de um abismo situado na cadeia de montanhas Tahgetos, perto de Esparta, onde a criança era lançada e encontraria a morte, pois, tinham a opinião de que não era bom nem para a criança nem para a república que ela vivesse, visto como desde o nascimento não se mostrava bem constituída para ser forte, sã e rija durante toda a vida (Silva, 1986, p. 122).

Dessa forma, por determinação do Estado, eram exigidas pessoas em padrões específicos de corpo, capazes de representar e defender o Estado nas batalhas da época. Portanto, aqueles que tinham algum tipo deficiência não faziam parte dos capacitados escolhidos para lutar a guerra. Visavam o corpo saudável e padrões específicos em prol da necessidade do estado em manter-se protegido de inimigos que com eles poderiam batalhar, estimulando a construção de corpos perfeitos e essenciais para combater.

Já na Idade Média, com a influência do Cristianismo, as pessoas que tinham deficiência, deixaram de ser abandonadas e eliminadas, pois passaram a ser enxergados como filhos de Deus, sendo assim o extermínio dessas pessoas deixou de ser praticado (ARANHA, 2007; CORRÊA, 2004).

A crença relacionada a tipos de magias e feitiços estava diretamente ligada à existência de doenças e deformidades físicas, à ira de Deus ou presença do demônio. Sendo assim, as pessoas que tinham deficiência nessa época ainda eram segregados, pois se acreditava que eram dessa forma por algum castigo divino, ou por espíritos malignos, devido ao desconhecimento de doenças como as incapacidades físicas e as más-formações congênitas, eles as remetiam a sinais da ira celeste ou castigo de Deus, passaram então a serem excluídos do convívio social (CORRÊA, 2004).

Da idade moderna até o século XVIII, as concepções sobre deficiência estavam ligadas ao misticismo e ao ocultismo. As pessoas com deficiência se isolavam e escondiam-se dos demais porque a população ainda não tinha acesso às informações que os levassem às novas concepções acerca da deficiência, suas

causas e aspectos a elas inerentes, nem sobre os tipos de escolarização mais adequados para este público alvo.

Como a história aponta, as pessoas com deficiências não tinham reconhecimento social, o processo para o seu reconhecimento e inclusão foi árduo e longo, representado por lutas e conquistas durante séculos. Assim, a omissão e a marginalização marcaram esse período. Contudo, aos poucos as pessoas com deficiência começaram a deixar de serem excluídas e marginalizadas, passando a serem vistas como pessoas, reconhecidas como cidadãos com direitos e deveres igualitários (ARAÚJO, 2007).

No decorrer da história, as pessoas com deficiência receberam diversas denominações. Trazemos aqui a evolução dessas nomenclaturas de acordo com cada época demonstrando o caminho percorrido e termos utilizados, segundo Sasaki (2003). No século XX, o termo utilizado e os meios de referir-se às pessoas que tinham alguma limitação eram “os inválidos”, que significava no período “indivíduos sem valor”. Seria destinado àquelas pessoas consideradas socialmente inúteis, um peso morto para a sociedade.

Ainda segundo Sasaki (2003), do início do século XX até 1960, logo após a primeira e segunda guerra mundial, passaram a ser chamados de “incapacitados”. O termo significava a princípio “indivíduos sem capacidade” e, mais tarde, passou a significar “indivíduos com capacidade residual”. Para Sasaki (2003), isso foi considerado um avanço, pois reconhecia que a pessoa com deficiência poderia ter capacidade, ainda que de forma reduzida.

De 1960 até aproximadamente 1980, a nomenclatura voltou a ser alterada passando a ser chamado de “os defeituosos” o termo significava “indivíduos com deformidade”. Mais tarde, passou a ser “os deficientes”. Era um termo designado para pessoas que tinham alguma deficiência física, mental², auditiva, visual ou múltipla. Este termo significava “indivíduos com deficiência”, pois estava relacionada as dificuldades que esses indivíduos possuíam para executar atividades básicas da vida no cotidiano. Ainda durante a década de 50, surgiu também o termo “excepcional”, que fazia menção aos indivíduos com deficiência mental.

²Apesar de mantermos o termo “deficiência mental”, a nomenclatura definida utilizada passou a ser “deficiência intelectual”, a partir da Declaração de Montreal aprovada em 05 de outubro de 2004, documento elaborado em decorrência das discussões efetivadas na Conferência Internacional sobre Deficiência Intelectual, sendo realizada pela Organização Pan-americana de Saúde e pela Organização Mundial de Saúde (OPM/OMS).

A sociedade passou a utilizar estas três terminologias para focar as especificidades de cada deficiência e as conseqüentes limitações das pessoas que as possuíam. Percebeu-se que o termo “os excepcionais” não poderia referir-se exclusivamente aos que tinham deficiência “mental”, porque pessoas com super dotação também são excepcionais por terem evoluído precocemente, estando na outra ponta da curva da inteligência humana, Sasaki (2003).

Entre 1981 e 1987, o termo utilizado passou a ser “pessoas deficientes”. Pela primeira vez no mundo associou-se o nome “pessoas” a “deficientes”, atribuindo valores humanitários àqueles que tinham deficiência e conferindo-lhes igualdade de direitos e dignidade, como foi estipulado pela ONU.

Entre 1988 e 1993, alguns líderes de organizações de pessoas com deficiências contestaram o termo “pessoa deficiente”, passando então a serem chamados de “pessoas portadoras de deficiência”. O portar uma deficiência passou a ser um valor agregado à pessoa e a deficiência foi considerada apenas como um detalhe da pessoa. Este termo foi adotado nas Constituições federais e estaduais e em todas as legislações e políticas pertinentes acerca das deficiências existentes.

Em 1990 surgiu a terminologia “pessoas com necessidades especiais”. Primeiramente com a intenção de substituir “deficiência” por “necessidades especiais”. O que levou, portanto, à criação da expressão “portadores de necessidades especiais”.

Entretanto, esse termo ainda no mesmo período passou a receber uma nova nomenclatura sendo ratificado para “pessoas especiais”, posteriormente com a Declaração de Salamanca³, de 1994, o objetivo era disseminar a educação inclusiva para todos, tenham ou não uma deficiência. Surgiu a nomenclatura “pessoas com deficiência” e tornou-se o termo que permanece sendo utilizado por um número cada vez maior da população, até os dias atuais.

Foi possível perceber no decorrer da história inúmeros tipos de nomenclaturas que foram utilizadas para estabelecer como se deveriam chamar as pessoas que apresentavam alguma deficiência, dependendo da visão da sociedade em cada época.

Por fim, Sasaki (2003) ressalta que mesmo não havendo uma única nomenclatura correta definitiva para todas as épocas, a cada período foram existindo

³A Declaração de Salamanca (1994) é considerada mundialmente como um dos documentos mais importantes para a área de inclusão social.

termos cujo significado fosse adaptável as condições da sociedade vigente. Pode-se constatar que houve avanços significativos de acordo com a visão de cada época. As definições das nomenclaturas utilizadas foram sendo modificadas através de lutas por melhorias de condições e por mudanças que refletiam na vida desses indivíduos, cada vez mais positivamente.

Sendo assim, é notável que muitos esforços foram empreendidos para valorizar as pessoas com deficiência, na perspectiva de ampliar a visão a respeito desses indivíduos de forma que fossem compreendidos os seus direitos em todos os aspectos perante a sociedade.

A Organização Mundial da Saúde, na década de 1980, adotou a definição de deficiência, a partir das implicações com relação à terminologia, como:

perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão (AMARALIAN, 2000, p.98).

Entretanto, os aspectos inerentes às discussões que tratam das pessoas com deficiência, na concepção de sua inclusão social, estavam limitando-se apenas a questões biológicas.

O Decreto nº 5296 de 2004, que regulamenta as leis nº 10.048 de 8 de novembro de 2000 e nº 10.098, estabelece normas e critérios relativos ao que concerne as pessoas que tenham deficiência, limitações ou incapacidade para o desempenho de atividades, vale ressaltar que, se enquadram segundo o Art 5º, § 1º para os efeitos deste Decreto nas seguintes categorias:

- I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;
- II - deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;
- III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV - deficiência– funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: a) comunicação; b) cuidado pessoal; c) habilidades sociais; d) utilização dos recursos da comunidade; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004) e) saúde e segurança; f) habilidades acadêmicas; g) lazer; e h) trabalho;
 V - deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências.

Além deste decreto sobre aspectos para a inclusão, destaca-se o Decreto nº 6.949, que trata da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Considerado um marco para os Direitos Humanos na intenção de promover, defender e garantir condições de vida com dignidade e combater a criminalização, representando um divisor de águas na melhoria das condições de vida para esses indivíduos no Brasil.

Este documento reforça também a ideia de que toda pessoa com deficiência tenha sua integridade física e mental respeitada, em igualdade de condições com as demais pessoas, sendo considerado entre os princípios que regem este decreto “o respeito pela dignidade, os direitos iguais e inalienáveis, reconhecimento da importância da independência e autonomia das pessoas, sua participação na sociedade, acessibilidade, e igualdade de oportunidades”, entre outros.

As mudanças sociais no decorrer do tempo redefiniram a forma dessas pessoas viverem na sociedade, contribuindo para novas perspectivas e expectativas, partindo dos aspectos anatômicos e fisiológicos relacionados à incapacidade e limitações na execução de atividades do seu dia a dia, ganhando significados além de fatores genéticos e se relacionando, portanto, com o meio em que esta pessoa está inserida.

2.1. Breve Histórico da Educação Inclusiva

Antes de abordarmos especificamente o que este estudo se propõe a investigar sobre o currículo e a perspectiva inclusiva, é importante contextualizar os caminhos que levaram ao avanço da educação inclusiva. Historicamente, as pessoas que tivessem algum tipo de deficiência eram excluídas socialmente, passando por um longo e árduo período de preconceito e discriminação, como evidencia a trajetória histórica dessas pessoas. Através de lutas e procura de condições básicas adequadas, buscaram alcançar valores de igualdade e liberdade, transformando a sociedade. Na perspectiva da superação dos obstáculos que fazem

parte do cotidiano de pessoas que têm deficiência, assim como o direito fundamental garantido ao acesso à educação.

O acesso à educação inclusiva no Brasil teve como objetivo garantir que fizesse parte nas etapas de vida de cada indivíduo, tendo vários contextos no sistema educacional, perpassando por três modelos, entre a escola especial, integrativa, chegando à inclusiva. A Educação Especial, segundo Noronha e Pinto (2001), caracteriza-se pelo atendimento e educação de pessoas com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento em instituições especializadas. Ainda segundo os mesmos autores, a educação especial visa atender as especificidades de todos os alunos.

A partir de aflições e a fim de garantir o acesso à educação especial das pessoas que tivessem deficiência desde muito cedo, a história da Educação Especial no Brasil teve como marcos fundamentais dois representativos períodos, sendo um deles a criação do “Instituto dos Meninos Cegos” (hoje “Instituto Benjamin Constant”) em 1854, e do “Instituto dos Surdos-Mudos” (hoje, “Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES”) ambos na cidade do Rio de Janeiro, por iniciativa do governo Imperial (BUENO, 1993; MAZZOTTA, 1996).

A concepção de Integração Escolar surge com o intuito principal de aproximar os alunos com deficiência dos demais estudantes, porém no ensino regular. Segundo Rodrigues (2003), através desta modalidade acaba-se por desenvolver dois tipos de alunos nas escolas: aqueles com necessidades educativas normais e os alunos com necessidades educativas especiais.

Já a Escola Inclusiva, de acordo com Carvalho (1998), conceitua-se como um processo em que se visa educar de maneira adequada em conjunto e de maneira incondicional, nas classes do ensino comum, alunos ditos normais com alunos que tenham deficiências beneficiando a todos através de cooperação, desenvolvido por um trabalho pedagógico eficiente.

Em 1988, houve grandes modificações a partir da Constituição da República Federativa do Brasil, determinando que a educação seja um direito de todos:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Art. 205, da Seção I - Da Educação, Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto, 1988, p. 121.)

Posteriormente em 1824, já se tratava da garantia à educação a todos através da constituição dessa época, e permaneceu preservado ainda pelas constituições dos anos de 1934, 1937 1947, sendo mais discutida a partir das décadas de 50 e 60 e levando a criação da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais).

Apenas entre 1854 e 1956, começaram a surgir os primeiros posicionamentos e direcionando acerca das pessoas que apresentassem os primeiros traços de deficiência objetivando a uma educação específica para esse público. Contudo, apenas no ano de 1857, a partir de discussões políticas, a assistência educacional a esse público alvo foi tornada pública pelo governo, em âmbito educacional, com intuito de garantir que o aluno tivesse acesso à educação e perpassasse por todos os níveis da mesma.

Por fim, na década de 1990, as discussões sobre os aspectos inerentes a pessoas com deficiência na educação alcançaram conquistas significativas. Foi somente nos anos 90, que o sistema escolar apresentou as primeiras iniciativas da educação inclusiva, a partir da declaração de Salamanca, documento que foi elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994, estabelecendo diretrizes para o sistema educacional promovendo a inclusão social.

Segundo a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), a inclusão pressupõe que todos os alunos passem por níveis de aprendizagem, que seja capaz de lhes proporcionar o desenvolvimento de suas potencialidades.

“O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresente. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola”. (p. 11-12)

Ainda na mesma concepção, Stainback e Stainback (1999, p. 21) afirmam que, a educação inclusiva pode ser estabelecida como “a prática de inclusão de todos independentes de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas.” contribuindo para relações sociais entre os alunos, independentemente de dificuldades ou diferenças que possam existir.

A Educação inclusiva é comumente apresentada como uma evolução da escola integrativa. Na verdade, ela não é uma evolução, mas uma ruptura, um corte, com valores da educação tradicional. A educação Inclusiva assume-se como respeitadora das culturas, das capacidades e das possibilidades de evolução de todos os alunos. A educação inclusiva aposta na escola como comunidade educativa, defende um ambiente de aprendizagem e de qualidade para todos os alunos. É uma escola que reconhece a diferenças, trabalha com elas para o desenvolvimento e dá-lhe um sentido, uma dignidade e uma funcionalidade (RODRIGUES ,2000, p. 10 apud FREIRE, 2008, p.7)

A educação inclusiva é importante fator contribuinte tanto para os alunos que possuem deficiência, quanto para os alunos sem deficiência, para que aprendam a lidar com essas pessoas, considerando sua realidade e limitações, os ajudando nas atividades e colorando também para o desenvolvimento de suas potencialidades, é uma via de mão dupla, os alunos aprendem e se ajudam mutuamente, o que acaba colaborando para o amadurecimento das crianças, diminuição de bullying, preconceito e discriminação.

Nesse sentido, refletir sobre questões que permeiem este meio e possibilitem discussões sobre a temática, sobretudo, na esfera educacional para que assim se torne mais visível a importância desse assunto, como ferramenta para aumentar as oportunidades a todos e assim à inclusão verdadeiramente acontecer. Como propõe Mantoan (1988, p.3) “de modo que o aluno tenha oportunidade de aprender, na condição de que sejam respeitados suas peculiaridades, necessidades e interesses, sua autonomia e condições de assimilação dos conteúdos curriculares”.

3 CURRÍCULO COMO FERRAMENTA PARA FORMAÇÃO DOCENTE

O currículo oferecido aos discentes do curso em Educação Física é fundamental para a realização de uma prática pedagógica eficaz do ensino e refletirá no aprendizado, sobretudo, daqueles alunos que tenham algum tipo de deficiência. Com isso, as discussões sobre currículo vêm ganhando bastante espaço no país, visto que o mesmo está comprometido também com o âmbito educacional.

Diante disso, espera-se que ele seja analisado periodicamente, com a intenção de garantir qualidade ao ensino, para que esses futuros professores possam exercer o seu ofício da forma mais adequada possível, as disciplinas direcionadas a área inclusiva, possibilitam um olhar amplificado para que os discentes compreendam a importância deste conhecimento.

A presença de disciplinas nas Universidades voltadas para a perspectiva inclusiva é o ponto inicial que contribuem para eliminar barreiras e preconceitos, na medida em proporcionem aos estudantes de Educação Física reflexão sobre a prática na inclusão. Sendo assim, a ausência delas pode colaborar para a continuidade dos preconceitos e promoção de exclusão.

Nesse contexto, torna-se indispensável à presença de tais disciplinas que abordem essa temática considerando-se que os discentes possivelmente assumirão turmas onde haverá alunos com deficiência, ainda mais atualmente com a diversidade de doenças que tem se alastrado, como por exemplo: a microcefalia.

É importante saber como lidar com esse público alvo na prática pedagógica através de estratégias que possibilitem um ensino qualificado e significativo. Portanto, se durante a graduação tais conteúdos forem abordados de forma precária, os professores de Educação Física não estarão capacitados a estimular todo o potencial desses indivíduos.

Como já mencionado, esse trabalho se propõe a analisar os currículos de acordo com as disciplinas ofertadas no curso de Educação Física para a perspectiva inclusiva. Considerando que o currículo tem como principal função preparar os professores para o exercício satisfatório, o objetivo deste capítulo será discorrer sobre sua importância na formação dos professores de Educação Física.

As Universidades, essencialmente as públicas, têm como principal função a produção do conhecimento em aspectos que visem contribuir para a sociedade, tornando as pessoas cidadãos críticos e reflexivos.

A construção de um currículo para a formação de professores deve ser realizada com um bom planejamento de ação, pois é por meio dele que serão traçados os conteúdos do processo de ensino e aprendizagem e os objetivos a serem alcançados.

Sendo assim, compreendemos o currículo como uma importante ferramenta para propagar discussões a respeito da temática da inclusão na trajetória acadêmica e trazer direcionamentos para a relação entre a formação de professores em Educação Física e as pessoas com deficiência.

Para analisarmos o contexto curricular faz-se necessário compreendermos e recorrermos à história e a origem do currículo. O termo currículo deriva do latim, que tem como expressão *scurrere*, que está remetida a curso, sendo entendido como percurso a ser percorrido, Segundo (GOODSON, 1995, p. 117) currículo é compreendido como:

“curso aparente ou oficial de estudos, caracteristicamente constituído em nossa era por uma série de documentos que cobrem variados assuntos e diversos níveis, junto com a formulação de tudo – ‘metas e objetivos’, conjuntos e roteiros – que, por assim dizer, constitui as normas, regulamentos e princípios que orientam o que deve ser lecionado.”

Ainda no que tange as definições sobre currículo, (MOREIRA, 1999, p.11), relata que o currículo foi um instrumento de grande relevância para diversas sociedades, estimulando sua transformação, renovação e conservação de acordo com os conhecimentos que foram construídos ao longo da história, definidos como importante. Historicamente houveram variados pontos de vista sobre a definição de currículo, contudo, na primeira metade do século XX, no ano de 1918 o livro ao qual se intitulava como *The curriculum*, escrito por Bobbitt, que foi tido como referência e marco significativo do currículo como campo de estudo científico.

Após o lançamento do livro, buscou-se compreender de que forma ele refletiria na educação, surgindo então às indagações a respeito do intuito da educação, de que conteúdos se deveriam ensinar de forma propagar os conhecimentos, entre outras questões. Neste contexto, John Franklin Bobbitt (1918) possuía como visão para o currículo questões que tratassem de sua perfeita eficiência, buscando como base nos princípios norteadores para a educação e classe trabalhadora, comparando o sistema de educação ao industrial (GOODSON, 1995). Encontrou apoio na visão defendida por Ralph W. Tyler, através de um modelo organizacional a ser aplicado de forma eficiente tratando o currículo com essência tecnicista.

Segundo Bobbitt, (1918) o currículo não tinha como intenção a preparação na fase da infância. Focava, portanto, no preparo do indivíduo para a produção na sua juventude e assim encarava a escola com funcionalidade de uma empresa, para Bobbitt o padrão a ser seguido em quesito de organização e administração escolar deveria ser semelhante ao modelo industrial proposto por Frederick Taylor. Sendo assim, o currículo se tornava algo estritamente técnico.

Para Taylor (1978), o currículo deveria se basear em pilares que levassem à sua eficiência, através de quatro fases em que se consiste na elaboração do currículo, citados em seu livro 'princípios básicos de currículo e ensino' (1978), I- Levando em consideração os objetivos que deveriam ser atingidos. II- Quais experiências educacionais seriam necessárias para que esses objetivos fossem alcançados. III- De que maneira organizar essas experiências, de forma eficiente e IV- De que forma garantir que os objetivos propostos se concretizem (TYLER, 1978).

Ainda de acordo com o autor, "Se formos estudar um programa educacional sistemática e inteligentemente devemos primeiro ter absoluta segurança quanto aos objetivos educacionais a serem atingidos" Em seu livro, ele buscava "desenvolver uma base racional para considerar, analisar e interpretar o currículo e o programa de ensino de uma instituição educacional." (TYLER, 1978, p. 1).

Ao refletir sobre a importância do currículo enquanto ferramenta para formação de professores, Althusser relata que compreendia as instituições de ensino como aparelhos ideológicos do estado. Sendo assim, sua função social consistia em propagar uma ideologia voltada para aspectos sobre ações sociais, em quesitos de lutas e produção de sentidos. Nesta perspectiva, podemos compreender que o currículo surgiu com a intencionalidade no âmbito educacional de promover o desenvolvimento profissional diante de um determinado contexto político e social.

Com o objetivo de tentar definir de que maneira o currículo irá distribuir formas e conteúdos visando à colaboração para a eficiência em sua aplicabilidade, surgem então às teorias críticas do currículo, intituladas como: Teoria Tradicional, Teoria Crítica e Teoria pós Crítica.

Nas Teorias Tradicionais, destaca-se como principal teórico John Franklin Bobbitt, onde de acordo com o autor relatou sobre os currículos em um momento de crise no que diz respeito à educação nos Estados Unidos, sobre diversos aspectos de ideologia. Tendo, portanto, como norteador para a perspectiva do ensino, a eficiência dos objetivos traçados. Silva (2009, p. 23-24), afirma que:

As respostas de Bobbitt eram claramente conservadoras, embora sua intervenção buscasse transformar radicalmente o sistema educacional. Bobbitt propunha que a escola funcionasse da mesma forma que qualquer outra empresa comercial ou industrial. Tal como uma indústria, Bobbitt queria que o sistema educacional fosse capaz de especificar precisamente que resultados pretendiam obter, que pudesse estabelecer métodos para obtê-los de forma precisa [...].

A respeito das Teorias Críticas do currículo, consegue-se avançar sobre fatores determinantes para o currículo, como elementos direcionados para relação sociais, Silva (2009, p.19-30) relata que:

[...] As teorias críticas do currículo efetuam uma completa inversão nos fundamentos das teorias tradicionais [...]. As teorias críticas sobre o currículo, em contraste, começam por colocar em questão precisamente os pressupostos dos presentes arranjos sociais e educacionais. As teorias críticas desconfiam do status responsabilizando-o pelas desigualdades e injustiças sociais.

Ainda na visão das teorias críticas, Althusser, acredita que o caminho propulsor para o sucesso do currículo é levar em consideração os conteúdos a serem transmitidos, e mais que isso, segundo Silva (2009, p. 32),

[...] A ideologia atua de forma discriminatória: ela inclina as pessoas das classes subordinadas à submissão e à obediência, enquanto as pessoas das classes dominantes aprendem a comandar e controlar. Essa diferenciação é garantida pelos mecanismos seletivos que fazem com que as crianças das classes dominantes sejam expelidas da escola antes de chegarem àqueles níveis onde se aprendem os hábitos e habilidades próprios das classes dominantes.

Ainda neste momento apesar de não ser considerada como uma teoria houve um elemento também considerado relevante, que foi o currículo oculto, que de acordo com Silva (2009, p. 78), “o currículo oculto é constituído por aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazerem parte do currículo oficial, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes”.

As teorias pós-críticas vislumbram uma concepção do currículo de forma multiculturalista, correlacionando variantes como as diversidades existentes. Segundo Eyng (2015, p. 138) aponta que, as teorias pós-críticas se fundamentam em convicções mais diversificadas como:

“Identidade, alteridade, diferença, subjetividade, significação e discurso, saber-poder, representação, cultura, gênero, raça, etnia, sexualidade, multiculturalismo” (SILVA, 2007, p. 17). Nessa linha de teorização, os currículos atuam como práticas de subjetivação, de significação e discurso produzidos nas relações de saber-poder, sendo os currículos entendidos como formas de seleção e representação da cultura, compreendendo demandas das questões de gênero, raça, etnia, sexualidade,

multiculturalismo. Os currículos produzem identidades heterogêneas e diversas, que num processo dialógico e ético possibilitam a emancipação a partir da cidadania ativa (EYNG, 2010, p. 37).

Foi na década de 1960 que ocorreram transformações significativas para modificações no contexto curricular, como protestos contra a guerra do Vietnã, os protestos estudantis, o movimento feminista, entre outros. Tais fenômenos contribuíram para novas perspectivas de mudanças no currículo através de indagações voltadas para problemas sociais e culturais.

Outro marco bastante significativo correu na década de 1980, por importantes mudanças sociais e culturais e busca em transformações no âmbito da escola. Onde se tinha por intuito melhorar as condições de ensino, propondo-se alteração no modelo do currículo tradicional, buscando disseminar o conhecimento as classes menos favorecidas.

Diante de todas as discussões sobre a organização do currículo, a nova sociologia da educação, passou a assumir uma posição acerca de problematização a respeito do currículo, dispondo de uma “função desmistificadora, problematizando categorias como currículo, conhecimento, inteligência, habilidade, ensino, metodologia e avaliação.” (MOREIRA, 1990, p.75).

Refletindo sobre novas possibilidades relacionadas ao poder dentro das instituições de ensino, na década de 70, surge na Inglaterra a Nova Sociologia da Educação (NSE) iniciada por Michael Young, que trouxe atualidades de concepções. Segundo Moreira (1990), a NSE constitui-se na primeira corrente sociológica voltada para a discussão do currículo.

Portanto, o teórico Michael Young é reconhecido neste período como líder desse movimento. A Nova Sociologia tinha como pretensão indagar questionamentos sobre o papel do currículo. Focalizando em contextos interacionais e conteúdo, que discutiam o que era transmitido nas escolas e examinava a base social do conhecimento escolar. (MOREIRA, 1990, p.75).

A Nova Sociologia Educacional teve como objetivo analisar de que maneira estava sendo abordada a seleção de conteúdos juntamente com a organização do currículo e sua forma de distribuição do conhecimento, visando à qualidade de ensino durante todo o processo. Neste contexto, a NSE contribuiu para uma visão diferenciada dos currículos mantida até os dias atuais.

Os currículos hoje não são mais vistos como mecanicamente definidos pelos que detêm o poder; apesar de incorporarem valores e interesses dominantes, representam os resultados de lutas específicas por autoridade cultural, por liderança intelectual e moral da sociedade. (MOREIRA, 1990, p. 81).

Chega-se, portanto, à conclusão de que a definição de currículo não é algo absoluto. Assim como aponta Pacheco (2007), que existem muitas concepções para o termo currículo acerca de sua definição. Visto que é “associado a rol de conteúdos escolares, matriz curricular, programas de ensino, ações práticas no contexto escolar e a todos esses fatores em conjunto” (PACHECO, 2007, p. 48).

Contudo, houve uma progressão enquanto perspectivas para o âmbito educacional, no qual ele será utilizado como instrumento e ferramenta para a formação. Sendo assim, o currículo deve ser elaborado visando sempre o aprendizado dos indivíduos levando em consideração que os alunos são os principais sujeitos do meio educacional.

A fim de considerarmos a elaboração de um currículo como ferramenta primordial para a organização didática no processo de ensino e aprendizagem do indivíduo visando à competência pedagógica, é importante destacar de que forma são tomadas decisões sobre quais saberes serão considerados, valorizados e transmitidos permitindo um significado e sentido ao pensar e ao fazer pedagógico. Buscou-se explanar ainda que de forma sucinta o processo do desenvolvimento do currículo e suas contribuições ao longo da história.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação do Licenciado em Educação Física, os currículos pensados para os cursos de licenciatura sofreram modificações através do Conselho Nacional de Educação, Resolução nº2, de 01 de julho de 2015, que define as diretrizes curriculares para a formação inicial em nível superior, bem como, para a formação continuada. Esta resolução é considerada o mais recente documento norteador dos parâmetros do currículo.

O documento foi criado através de debates que visam atender as demandas sociais e acadêmicas tendo como proposta a reflexão sobre os cursos de formação de professores de forma que exigem o aprimoramento dos cursos de Licenciatura, considerando o atendimento de seus pressupostos artigos presentes por meio da resolução.

No artigo 13º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em nível Superior, Parágrafo 2º (BRASIL, 2015) indica-se, ao que se refere à formação para a atividade de professores, deverão ser garantidos nos currículos conteúdo específicos da área de conhecimento, bem como Direitos Humanos, Diversidade, Língua Brasileira de Sinais, Educação Especial, entre outros.

Conforme definido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) é de competência dos sistemas de ensino, garantir que sejam tomadas medidas que assegure na formação a preparação para que o profissional seja capaz de atuar em todas as etapas e modalidades da educação básica. Sendo assim, deverá existir uma articulação entre a instituição de ensino superior e as redes de ensino.

Sendo assim, é importante que os discentes sejam estimulados através de um maior contato e experiências com a temática inclusão, proporcionando uma qualidade de ensino-aprendizagem e busca por novos conhecimentos. Permitindo que os mesmos sejam capazes de ter um olhar diferenciado. Possibilitando uma quebra entre os paradigmas e preconceitos perpetuados ao longo da história.

Levando em consideração que o professor utilize de seu conhecimento adquirido para promover o estímulo do desenvolvimento integral de seus alunos, ao direcionar suas atividades. Espera-se que durante a formação acadêmica o currículo possibilite acesso aos conhecimentos de forma que acentuem acerca da realidade. Sendo, portanto, fundamental o papel da universidade permitindo assim, a busca pela concretização de um processo educacional mais justo e democrático.

4 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Neste capítulo discorreremos sobre a formação de professores, buscando compreender de que forma está ocorrendo à formação profissional inicial, sobretudo no curso de licenciatura em Educação Física para a atuação pedagógica na perspectiva inclusiva.

Começaremos a adentrar no campo de pesquisa, investigando o currículo das Universidades Públicas do Estado de Pernambuco que oferecem o curso de Licenciatura em Educação Física e a perspectiva inclusiva do curso, nos atentando as disciplinas e suas ementas relacionadas à temática em questão, obtidas por meio do Projeto Político Pedagógico (PPP) das Instituições de Ensino Superior.

Antes de iniciarmos este capítulo, iremos abordar de que forma são definidos os conceitos de formação onde, Segundo Garcia (1999, p.19), afirma que “o conceito de formação é geralmente associado a alguma atividade, sempre que se trata de formação para algo”.

Espera-se como qualquer outra profissão, que o profissional seja competente no que tange a sua função, sobretudo na profissão do professor, que deve ser realizada com preparação para atuar de maneira eficaz. Em média os cursos licenciaturas nas universidades possuem duração em média de 03 anos e meio a 04 anos, trabalhando na formação com o objetivo de possibilitar o profissional a atuar como professor em diferentes modalidades da educação básica.

Com relação à formação dos professores para a educação inclusiva, Goffredo (2004) afirma que, é importante que o professor busque por meios educativos que estimulem o desenvolvimento de seus alunos, relacionando a educação como forma de envolvê-los. No contexto de suas “possibilidades e necessidades básicas de aprendizagem e, sobretudo, na construção de sua autonomia” (p.22). Ainda segundo Goffredo (2004)

“(…) uma das principais metas do trabalho docente é atender às especificidades de aprendizagem de cada criança, incentivando-a a aprender e desenvolver seu potencial a partir de sua realidade pessoal. O professor deve ter como compromisso a promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de todos os alunos, considerando e respeitando as diferenças decorrentes de questões socioculturais, étnicas, linguísticas e, também, de problemas de ordem física, sensorial ou intelectual” (GOFFREDO, 2004, p. 21).

Neste sentido, o processo de aprendizagem e o desempenho dos estudantes diante dos conteúdos previstos em cada curso durante a formação é um fator

importante no momento da graduação, para ampliar seus conhecimentos e estar disposto a aprender de que forma poderá trabalhar com seus alunos, de maneira a valorizar as diferenças, individualidades e especificidades, e proporcionar o desenvolvimento de seus alunos, respeitando suas limitações. Entender o quanto é significativo esta etapa para o processo de consolidação da prática pedagógica diante da perspectiva em se obter um ensino qualificado é de primordial relevância.

Ainda sobre a formação para a atuação no contexto educacional inclusivo, Rodrigues (2006) relata que na formação inicial de professores de educação física, os conteúdos direcionados para esta temática “são frequentemente inexistentes ou então pouco direcionados para a resolução de problemas concretos de planejamento, intervenção ou avaliação que o futuro profissional possa vir a encontrar” (p. 67).

Entretanto, segundo Zoboli & Barreto (2006) os currículos propostos para os cursos de graduação em Educação Física, estão voltando-se para a atuação desses profissionais e os alunos que tenha algum tipo de deficiência, inserindo, portanto, a disciplina de Educação Física Adaptada.

“É uma disciplina que tem seu centro de interesse voltado para a motricidade humana, oferecendo fundamentação teórica e prática básicas aos futuros profissionais da área de Educação Física para a possível inserção do trabalho com essa clientela” (p. 77).

Na Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, faz menção a inclusão e a formação de professores:

“A Educação Básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da Educação Básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos (BRASIL, 2001, p. 25-26).”

Logo, durante a graduação deverá ser estimulado que os discentes e futuros professores desenvolvam habilidades para atuar na perspectiva de se executar uma educação inclusiva. Percebe-se que muito precisa ser feito na formação acadêmica voltada para esta temática dentro das universidades envolvendo um agrupamento de competências, que são aumentadas no decorrer do exercício de sua função como mediadores de conhecimento para ser possível que os professores possam lidar com as especificidades de cada aluno. Assim como acreditam cidade e Freitas que:

“É importante que o professor tenha os conhecimentos básicos relativos ao seu aluno como: tipo de deficiência, idade em que apareceu a deficiência, se foi repentina ou gradativa, se é transitória ou permanente, as funções e estruturas que estão prejudicadas. Implica, também, que esse educador conheça os diferentes aspectos do desenvolvimento humano: biológico (físicos, sensoriais, neurológicos); cognitivo; motor; interação social e afetivo-emocional (Cidade e Freitas, 1997).

Sendo assim, um conhecimento básico sobre os tipos de deficiência de seus alunos irá auxiliar o professor em possibilidades de conduzir suas aulas para um trabalho mais eficiente e inclusivo.

De acordo com Lindoso (2017) com base nos estudos de Gatti, Barreto e André (2011), dois pontos de análise podem ser considerados para a gestão da educação no Brasil: o contexto sociocultural global e as políticas educacionais locais postas pelos diversos níveis de gestão educacional.

Em relação às políticas educacionais locais, é preciso, efetivamente, valorizar o docente por meio de melhores salários e condições de trabalho, equipar as escolas com infraestrutura adequada, ou seja, solidificar múltiplos fatores que façam parte de um delineamento das políticas docentes.

A distância entre a realidade da profissão e sua idealização são dificuldades que aumentam diante da multiplicidade de tarefas que os professores devem cumprir nas escolas, é criticado também os currículos e o despreparo dos professores para exercer seu trabalho com crianças que precisam de uma atenção especializada, acentuando as desigualdades já existente. Para minorar surgem programas como o PIBID Programa de Iniciação à Docência.

Trazendo, portanto, a possibilidade de os discentes desenvolverem mecanismos para planejar e sistematizar conhecimentos de acordo com as expectativas de aprendizagens dos seus alunos respeitando a diversidade, em suas aulas.

As Diretrizes Curriculares e o Projeto Político-Pedagógico dos cursos de Licenciatura em Educação Física, possuem o compromisso de nortear a formação para que futuramente o professor, possa favorecer a compreensão, valorização, e respeito da diversidade.

Apesar de constar na matriz curricular do curso de licenciatura em Educação Física, disciplinas que favoreçam a compressão dos conhecimentos que relacionam a área com a Educação Física escolar, ainda podem ser pensadas inúmeras formas de trazer esta perspectiva da inclusão de maneira mais frequente e enriquecedora.

Para refletir sobre a universidade e o seu compromisso diante da formação do licenciando. Edgar Morin (2011) aponta que:

A universidade conserva, memoriza, integra, ritualiza uma herança cultural de saberes, ideias, valores; regenera essa herança ao reexaminá-la, atualizá-la, transmiti-la; gera saberes, ideias e valores que passam, então, a fazer parte da herança. Assim ela é conservadora, regeneradora, geradora. (MORIN, 2011, p. 81).

Sendo assim, é papel da instituição de ensino superior atuar de forma que organize e reorganize articulando os conhecimentos produzidos. Para que se obtenha êxito durante o processo de inclusão de pessoas com deficiência. Espera-se que seja realizado um trabalho em conjunto, através da participação de todos os envolvidos para qualificar o processo de ensino e aprendizagem. Realizar a inclusão vai além da formação inicial, é necessário trabalhar em conjunto, desde à formação docente inicial, a preparação do espaço escolar. E o quanto é importante que o professor tenha conhecimento sobre seu aluno e seu tipo de deficiência para poder melhor ajudá-lo.

5 METODOLOGIA

Neste capítulo destacaremos a metodologia, visando explicitar quais procedimentos foram utilizados a fim de alcançar os objetivos de investigação propostos para o desenvolvimento desta produção, assim como a escolha do campo de pesquisa e qual a técnica de análise mais apropriada com o intuito de propiciar uma melhor compreensão dos dados coletados.

Diante disso, iniciaremos trazendo a relevância de compreendermos a definição do que é pesquisa. Para Gil (2002), a definição de pesquisa é um “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos.” Visa, portanto, a descoberta de informações a respeito de um determinado tema com intuito de resolver um problema.

De acordo com Gomes (2001, p. 8), a pesquisa está relacionada com “a estrada a percorrer para auxiliar o ser humano apropriar-se do conhecimento e satisfazer essa gama de curiosidade natural”. Nesta perspectiva, este estudo foi realizado buscando compreender os aspectos curriculares das universidades públicas do estado de Pernambuco, diante do contexto da inclusão, na tentativa de contribuir para produção de conhecimento pensando na sociedade, diante da concepção em que a mesma se encontra em constante mudança e sempre com novas necessidades e perspectivas.

Este estudo fundamentou-se na pesquisa de natureza qualitativa, visto que está relacionada com aspectos ao levantamento de dados com propósito de estabelecer uma compreensão sobre o tema estudado, não se preocupando com representatividade numérica como resultados. Buscando, portanto, exprimir, descrever de forma mais subjetiva, contrapondo-se a pesquisa do tipo quantitativa.

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001. p.21-22).

Logo, a pesquisa do tipo qualitativa, não tem como foco principal a quantidade, mas sim, a qualidade e aprofundamento nas informações, onde ainda segundo (MINAYO, 2008, p. 196) afirma que:

Em uma pesquisa qualitativa o pesquisador deve preocupar-se menos com a generalização e mais com o aprofundamento, abrangência e a diversidade no processo de compreensão, seja de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma política ou de uma representação.

A pesquisa se deu de caráter mais exploratório, pois propõe aprofundar-se a respeito do tema estudado ao qual não possui muita intimidade, com a intenção de entender e adquirir mais conhecimento sobre o tema estudado. Onde Gil (2002, p.41) aponta que:

A pesquisa Exploratória tem com objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

Desta forma, a pesquisa exploratória proporciona o entendimento de informações, que anteriormente eram considerações insuficientes, oportunizando uma melhor compreensão e aprimorando assim o conhecimento.

5.1 Instrumentos

Para a realização da coleta de dados utilizamos como ferramenta de investigação à análise documental, com intuito de obter informações acerca da forma que é apresentada a educação inclusiva nos cursos de licenciatura em educação física das universidades pública de Pernambuco. Optamos pelo uso da pesquisa documental, para isso buscamos analisar algumas fontes e documentos como apoio, bem como o Projeto Político Pedagógico (PPP) ou Projeto Pedagógico do Curso (PPC), e as ementas das disciplinas.

Com isso, utilizamos como objeto a ser estudado e analisado o PPC do curso de licenciatura em educação física das Universidades, foi realizado uma pesquisa bibliográfica, visando um melhor embasamento teórico a partir dos descritores: Currículo, Formação e Inclusão.

Segundo Gil (2002, p.45) A pesquisa documental é bastante parecida à pesquisa bibliográfica. No entanto, o que as torna diferentes, está relacionado com a natureza das fontes, pois na pesquisa documental se é utilizado de materiais em que não tivera um tratamento analítico, enquanto na pesquisa bibliográfica busca embasamento das contribuições a partir de vários autores que abordem sobre um determinado tema.

Utilizando ainda das orientações de Gil (2002), na categoria de pesquisa documental estão relacionados os documentos de arquivos em órgãos públicos e

instituições privadas, bem como, associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos, entre outros.

Valendo-se ressaltar também que, Gil (2002) aponta estes tipos de pesquisa, relacionada com base em documentos, de grande relevância visto que buscam proporcionar uma visão diferenciada acerca do objeto a ser estudado, possibilitando uma reflexão sobre o mesmo.

Sobre a pesquisa bibliográfica, Severino (2007, p. 122) afirma que “ela se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.” Como já dito anteriormente.

Sendo assim, iremos nos respaldar na produção bibliográfica já existente com relação à temática, como nos artigos científicos, revistas, livros entre outros. Para compreender e contribuir com o entendimento, a interpretação e as discussões acerca do objeto de estudo.

Em nosso estudo, buscamos analisar por tanto documentos de instituições públicas buscando através de ementas das disciplinas do curso de Educação Física, do Projeto Político Pedagógico (PPP) compreender como as universidades estão preparando os discentes a se tornarem aptos a desenvolver um bom trabalho de inclusão na escola, viabilizando o acesso à educação inclusiva.

5.2 Seleção do Campo e Sujeitos

Para realizarmos a pesquisa definimos inicialmente qual seria o Campo. Estabeleceu-se a problemática, os objetivos gerais e específicos, delimitando-se o campo de pesquisa e diante disso foram delineados os critérios investigativos com a finalidade de selecionar as universidades que pudessem oferecer as informações fundamentais para a concretização da pesquisa.

Os critérios utilizados foram: Universidades Públicas do estado de Pernambuco, que ofertassem o curso de Educação Física, exclusivamente voltado para a área de licenciatura na modalidade presencial, na região delimitada. Começamos, portanto, a entrar em contato com as instituições para solicitar acesso ao Projeto Político-pedagógico (PPP) das mesmas.

Foi realizado o primeiro contato com as universidades a fim de obter para a realização do estudo, o projeto político pedagógico de cada uma delas. Contudo o

contato presencial de algumas delas considerou-se não necessário, pois as mesmas possuíam o PPP disponível no site da própria instituição.

Nesse sentido, foram verificadas e selecionadas quatro (04) Universidades Públicas na região determinada. Com relação a aspectos éticos o presente estudo estará trazendo suas contribuições denominando-as de: Universidade A- Sede e campus, Universidade B, C e D. As denominações das instituições foram dadas de forma aleatória, reforçando assim o sigilo das mesmas.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da Universidade A–Sede foi conseguido após algumas visitas à coordenação do curso, onde inicialmente encontramos dificuldades para obter acesso ao documento, contudo foi possível ter acesso ao arquivo impresso no modelo antigo, pois o mesmo passava por processo de alterações e ainda não tinha sido digitalizado, sendo liberado que tirasse fotos das respectivas páginas sobre as disciplinas cujo trabalho se propunha investigar. Sendo, portanto, um acesso limitado ao documento.

Ainda sobre a Universidade A – Campus, o PPP foi obtido por meio eletrônico, visto que o mesmo se encontrava disponível no site da instituição. Na Universidade B, o PPP foi obtido pela coordenação no curso, encaminhado via e-mail. O PPP da Universidade C, após realizada visita a instituição apresentando uma declaração e breve conversa com o coordenador do curso foi conseguido acesso ao documento, sendo prontamente enviado mediante e-mail com o documento anexado. Por fim, sobre a Universidade D, adquirimos o documento através do site da própria instituição.

Após este momento, iniciou-se a busca da pesquisa através da ideia central do estudo, cuja intenção é analisar os currículos e identificar quais as disciplinas compõe em sua matriz curricular na perspectiva inclusiva.

Para entender de que forma as disciplinas eram conduzidas, utilizou-se os Projetos Político Pedagógico de cada universidade aqui estudada, que constitui-se sobre o planejamento norteador das disciplinas, possuindo um caráter de formar uma universidade capaz de oferecer uma formação transformadora.

O curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade A – Sede prevê uma carga horária total de 2.970 horas, distribuídas da seguinte maneira: Carga horária obrigatória: 2.700 horas; Dos componentes optativos:120 horas; Atividades Complementares: 210 horas, neste sentido, o estudante cursa em média, um total de

52 disciplinas durante a trajetória acadêmica sendo 44 de cunho obrigatório, e 08 optativas ofertadas no período de 08 (oito) semestres.

O curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade A - Campus, prevê uma carga horária total de 3.180 horas, distribuídas da seguinte maneira: Carga horária obrigatória: 2.730 horas; Dos componentes optativos: 210 horas; Atividades Complementares: 240 horas, neste sentido, o estudante curso em média, em total de 49 disciplinas durante a trajetória acadêmica sendo 44 de cunho obrigatório, e 05 optativas ofertadas em 08 (oito) semestres.

Seguindo o mesmo princípio o curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade B, prevê uma carga horária total de 3.015 horas, distribuídas da seguinte maneira: Carga horária obrigatória: 2.625 horas Dos componentes optativos: 390 horas; Atividades Complementares: 210 horas, neste sentido, os estudantes cursam em média, 46 disciplinas no decorrer da graduação, sendo 43 disciplinas obrigatórias, e 03 optativas/obrigatórias para completar a carga horária, entre 22 optativas /eletivas, oferecidas em 08 (oito) semestres.

Na Universidade C, a distribuição da carga horária se dá da seguinte forma: Carga horária obrigatória: 3.210 horas; Dos componentes optativos: em seu PPC consta que está a definir; Atividades Complementares: 210 horas, neste sentido, o estudante cursa em média, um total de 39 disciplinas no decorrer da graduação, sem contar com as disciplinas optativas, pois as mesmas não encontra-se definidas. Totalizando, (oito) semestres para conclusão do respectivo curso.

E na Universidade D, a carga se destina em disciplinas obrigatórias: 2.772 horas; Dos componentes optativos: 198 horas; Atividades Complementares: 240 horas, neste sentido, os estudantes do curso possuem em média, um total de 44 disciplinas no decorrer da graduação, sendo 41 disciplinas obrigatórias, e 03 optativas oferecidas em 07 (sete) semestres. Totalizando 3.984 horas.

Desta forma, analisaremos como encontra-se dividido as disciplinas na perspectiva da inclusão. Os eixos temáticos são a disciplinas relacionadas a libras e Educação física adaptada, ou Educação física inclusiva, e disciplinas que constam na grade curricular especificamente relacionada às pessoas com deficiências. De acordo com o PPP do curso de licenciatura em educação física de cada instituição escolhida.

Ao analisar quatro (04) instituições de ensino público superior no estado de Pernambuco, distribuídas em regiões diferentes dentro do estado, teve-se como propósito buscar nesta pesquisa, levar em consideração o contexto e problemáticas significativas, que torna-se relevante dentro de um currículo, pensar nas disciplinas que considerem a perspectiva inclusiva em seu contexto geral, seja nos aspectos históricos, conceitual e social.

5.3 Caracterização da Amostra

Antes de iniciarmos a análise e discussões acerca da pesquisa, se fez necessário compreender de que forma ocorreu à seleção das universidades estudadas neste trabalho, relatada no tópico anterior.

Através de uma pesquisa realizada no site e-Mec (<http://emec.mec.gov.br/>) do Ministério da Educação, buscamos quais as universidades públicas do estado Pernambuco. Pudemos então constatar a existência de cursos presenciais de Licenciatura em Educação nas respectivas universidades estudadas. Em uma das Universidades, se tratando da instituição D, ainda possui o curso de Educação Física na modalidade à distância, contudo não a abordaremos, visto que não se enquadra nos critérios, que são cursos na modalidade presencial.

Optamos por analisar a produção de distribuição presentes nos documentos curriculares entre ementas e programas voltadas para a perspectiva inclusiva, do curso de Educação Física, especificamente da área de licenciatura, visto que estas estão diretamente ligadas à formação profissional do licenciado.

Após a obtenção dos documentos necessários buscou-se fazer uma análise do que consta nas ementas de todas as instituições participantes, e por fim buscaram-se as principais semelhanças norteadoras entres os documentos estudados.

A partir da seleção das quatro instituições, foram organizadas as etapas a serem cumpridas. Inicialmente realizou-se um aprofundamento teórico, almejando assim compreender as produções acerca da temática inclusão, elencando conceitos sobre o tema.

5.4 Técnica de Análise

Utilizando a abordagem qualitativa como a natureza norteadora para esta pesquisa, a qual há uma interligação entre todas as fases da investigação, é necessário entender como se dá a etapa de análise dos dados para assim, melhor defini-la. Deste modo, procuramos compreender a importância desta etapa de análise de dados. Nesta fase da coleta de dados é importante atribuir uma forma para analisar os mesmos, com o objetivo de aproveitar os dados e informações obtidas ao máximo.

A análise dos dados “tem como objetivo compreender os que foram coletados. Confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e ampliar a compreensão de contextos para além do que se pode verificar nas aparências do fenômeno” (SOUZA JUNIOR, MELO e SANTIAGO, 2010, p.34)

Portanto, a partir da pesquisa documental procuramos compreender de que forma o currículo das Universidades aqui estudadas, estão abordando as disciplinas específicas voltadas para a perspectiva inclusiva em seus cursos de nível superior em Educação Física no Estado de Pernambuco.

Este levantamento das Universidades que possuem esta característica de inclusão em seus cursos foi fundamental para que possibilitássemos uma reflexão acerca do assunto, buscando qualificar as discussões. A partir deste levantamento, separamos os dados a serem analisados de acordo com a ideia central desta pesquisa, assim, agrupamos as informações obtidas para análise, da seguinte forma: curso e sua duração, ementas das disciplinas e carga horária.

Diante disso, partindo da premissa da abordagem qualitativa, nos apoiaremos como técnica de análise para o tratamento dos dados, Bardin (1998) e Minayo (1998), os autores propõem um roteiro com etapas para a análise de conteúdo, com intenções e ações didáticas para o tratamento de dados, sendo as seguintes etapas: 1ª) pré-análise; 2ª) exploração do material; 3ª) tratamento dos dados e interpretação (apud SOUZA JÚNIOR; MELO; SANTIAGO, 2010, p.34-35).

ETAPAS	INTENÇÕES	AÇÕES
1ª etapa: Pré-análise	*Retomada do objeto e objetivos da pesquisa; *Escolha inicial dos documentos; *Construção inicial de indicadores para a análise: definição de unidades de registro – palavras-chave ou frases; e de unidade de contexto – delimitação do Contexto (se necessário).	*Leitura flutuante: primeiro contato com os textos captando o conteúdo genericamente, sem maiores preocupações técnicas *Constituição do corpus: seguir normas de validade: 1-Exaustividade - dar conta do roteiro; 2-Representatividade - dar conta do universo pretendido; 3-Homogeneidade - coerência interna de temas, técnicas e interlocutores; 4-Pertinência - adequação ao objeto e objetivos do estudo.
2ª etapa: Exploração do material	*Referenciação dos índices e a elaboração de indicadores – recortes do texto e categorização; *Preparação e exploração do material – alinhamento.	*Desmembramento do texto em unidades/categorias - inventário (isolamento dos elementos); *Reagrupamento por categorias para análise posterior - classificação (organização das mensagens a partir dos elementos repartidos).
3ª etapa: Tratamento dos dados e interpretação	*Interpretações dos Dados brutos (falantes); *Estabelecimento De quadros de resultados, pondo em relevo as informações Fornecidas pelas análises.	*Inferências com uma abordagem variante/qualitativa, trabalhando com significações em lugar de inferências estatísticas.

Quadro 1 Roteiro didático para análise de conteúdo. Fonte: Souza Júnior, Melo e Santiago (2010,p.35)

Por meio deste roteiro didático demos início ao caminho da análise aos objetivos propostos no trabalho, na análise documental foram estudadas as grades curriculares dos cursos de graduação em Educação Física, além das ementas e carga horária das disciplinas relacionadas à inclusão. De acordo com a orientação para tratar os conhecimentos ao decorrer da produção referente a pesquisa, apontadas para a pré-análise, como também para a exploração do aporte teórico.

Em função dos objetivos ao que se debruça este trabalho, utilizamos como procedimento importante para tratamentos dos dados, a elaboração dos indicadores. Visto que, o objeto de estudo da pesquisa precisa ser destacado como elemento central desses indicadores. Seguindo, portanto, o modelo produzido pelos autores Souza Junior, Melo e Santiago (2010, p.35).

INDICADORES

- Elemento Central: Formação de professores diante da educação inclusiva na base curricular;
- Operacionalização: Elementos que se apresenta na organização dos currículos nas Universidades.
- Categorias Analíticas: Formação de professores, currículo.
- Categorias Empíricas: Formação, Organização, Inclusão.
- Pontos de orientação para investigação, oriundos do objeto de pesquisa: Questões Gerais.

Quadro 2 Indicadores para análise de conteúdo. Adaptada de Souza Júnior, Melo e Santiago (2010, p.35)

A partir das categorias abordadas no Quadro 2, delimitamos a Unidade de conceito e Unidades de Registro, que servirão para orientar no amadurecimento do objeto e problema do estudo, através de informações adquiridas nos documentos PPC das instituições.

Segundo (BARDIN, 1988, p. 107), Unidade de contexto tem como função contribuir para a compreensão de sentidos das unidades de registro, que agrupando-as, lhes atribui um sentido dos elementos de maneira resumida, através de palavras chaves.

Já unidade de registro é correspondente ao menor segmento de conteúdo a ser considerado como unidade de base, “visando à categorização, podendo ser de natureza e dimensões variadas”. (BARDIN, 1988, p. 104-105). Nesse sentido, é possível organizar e sistematizar as informações relacionadas aos objetivos de investigação.

UNIDADES DE CONTEXTO (U.C.)	UNIDADES DE REGISTRO (U.R.)
Formação	<i>Demandas dos Estudantes</i>
	<i>Educação física na Perspectiva Inclusiva</i>
	<i>Capacitação e Especialização Docente para futura atuação</i>
	<i>Relação Teórico prática</i>
Currículo	<i>Carga horária das Disciplinas</i>
	<i>Disciplinas específicas voltadas para inclusão durante a graduação</i>
Relevância	<i>Suporte Educacional e condições de trabalho</i>
	<i>Análise e atualização constantes e adequadas do PPC</i>
	<i>Planejamento</i>

Quadro 3 Identificação das unidades de contexto e de registro. Adaptada de Souza Júnior, Melo e Santiago (2010, p.38).

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta etapa daremos início aos comentários obtidos na coleta de dados, através das categorias elencadas por meio das unidades de contexto e unidades de registro. Com o propósito de elucidar os dados obtidos de forma organizada, iremos trazer detalhadamente a partir de uma tabela de forma elaborada o que será analisado.

As informações serão agrupadas de acordo com os elementos presentes dos documentos de cada instituição. Possibilitando uma análise mais detalhada sobre as categorias propostas na metodologia (Formação, Currículo e Relevância), abordaremos sobre o que traz cada Universidade. Para a verificação do papel desempenhado pelas disciplinas relacionadas à inclusão nos cursos observados, buscou-se verificar, inicialmente, as ementas, conteúdos, nomes das disciplinas na matriz curricular das quatro instituições analisadas.

Apesar de existir ainda disciplinas que pudessem remeter a inclusão, como Estágio Supervisionado, presente em todos os cursos das Universidades Públicas selecionadas podem aproximar o discente à temática, bem como outras disciplinas, por exemplo, na Universidade B, que oferece as disciplinas: Educação Física e Políticas Públicas, Desenvolvimento e Aprendizagem Motora, Psicologia e Educação e Saúde, que em sua ementa consideram as relações existentes entre capacidades e habilidades particulares, bem como a individualidade de cada ser humano. Todavia, nos debruçamos apenas às disciplinas específicas que tratassem diretamente sobre a inclusão durante a graduação. Conforme a tabela 1 demonstrará mais à frente.

Percebe-se que todas as Instituições pesquisadas refletem uma preocupação em se trabalhar com os aspectos pedagógicos direcionados para inclusão. As disciplinas, ementas e os conteúdos da grade curricular do curso de Licenciatura em Educação Física nas Universidades A- Sede, B e C que foram analisadas contribuem para uma maior discussão acerca da necessidade de elaboração de diretrizes curriculares para o ensino da pessoa com deficiência. Ambas instituições citadas acima possuem uma escassez com relação as disciplinas, se comparadas as Universidades A- Campus e D.

Instituição	Mesorregião	Curso	Duração	Disciplinas Específicas	Período/Semestre	CH
Universidade A –Sede	Metropolitana do Recife	Licenciatura em Educação Física	04 anos	Fundamentos de Língua Brasileira de Sinais na Educação	5º	60h
				Educação Física Adaptada	6º	45h
Universidade A - Campus	Zona da Mata	Licenciatura em Educação Física	04 anos	Educação Física Escolar para Pessoas com Deficiência I	7º	45h
				Educação Física Escolar para Pessoas com Deficiência II	ELETIVA	60h
				Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	8º	60h
Universidade B	Metropolitana do Recife	Licenciatura em Educação Física	04 anos	Educação Física Inclusiva	5º	45h
				Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	6º	60h
Universidade C	Metropolitana do Recife	Licenciatura em Educação Física	04 anos	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	1º	60h
Universidade D	São Francisco	Licenciatura em Educação Física	04 anos	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	2º	60h
				Tópicos em Educação Inclusiva	4º	60h
				Educação Física Adaptada	5º	60h

Tabela 1 Disciplinas Específicas voltadas para a temática Inclusão. Fonte: Matriz curricular das Universidades Públicas do Estado de Pernambuco que oferecem o curso de Licenciatura em Educação Física, no ano de 2019.

Todas as Universidades possuem a Disciplina de Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS em comum, na Universidade A - Sede chamada de Fundamentos de Língua Brasileira de Sinais na educação. Segundo o PPC de cada Universidade diz que será ofertada nelas.

O último censo realizado pelo IBGE no Brasil, em 2010, apontou que aproximadamente 9,7 milhões de pessoas no país são deficientes auditivos, entre elas, 2.147.336 têm perda severa da audição, e para essa considerável parcela da população, a Libras é essencial para um convívio cada vez mais acessível na sociedade. Sobretudo, para crianças e adolescentes em processo de desenvolvimento.

Nesse sentido, ter conhecimento de Libras no meio acadêmico, sobretudo para formação em cursos de licenciaturas, se torna fundamental. É imprescindível que esses profissionais tenham aproximação e contato com esta temática. Visto que, serão eles os principais mediadores e fornecedores para possibilitar as condições mínimas necessárias para promover a interação, e a compreensão da comunicação da melhor forma possível, garantindo assim o aproveitamento escolar desses alunos, tornando o processo de ensino e aprendizagem mais eficiente e de maneira inclusiva.

Foi possível observar que a disponibilidade de disciplinas optativas voltadas para a temática Inclusão é inexistente em algumas das Universidades, sendo elas as instituições A- Sede, B e C. Possuindo, entretanto, disciplinas optativas e eletivas, nas Universidades A- Campus, e D. Sendo assim, a partir do PPC foi possível constatar que em apenas dois cursos possuem disciplinas optativa/eletivas, para a perspectiva inclusiva. Sendo Universidade A – Sede, 02 duas disciplinas, Universidade A – Campus possuindo 03 três disciplinas sendo uma 01 delas eletiva. Universidade B, presente 02 duas disciplinas, Universidade C apenas 01 disciplina e Universidade D 03 três disciplinas.

Diante disso, por acreditar que apenas uma ou duas disciplinas sejam insuficientes para dar conta da formação profissional, sobretudo do curso de Licenciatura em Educação física. Buscou-se o desdobramento desta pesquisa em uma visão reflexiva proporcionada diante da ausência relacionada a esta temática no decorrer da duração da graduação.

As disciplinas de libras presentes em todas as instituições de ensino remetem sempre ao processo histórico ou introdutório da Língua Brasileira de Sinais, elencando pontos sobre legislação e estrutura linguística, abordando sobre o contexto da comunicação, contudo apenas 02 duas das universidades abordam mais especificamente sobre metodologia e processo de ensino e aprendizagem para futura atuação docente. Universidade C e D. Na tabela a seguir, descreveremos o nome das disciplinas encontradas no PPC, e suas ementas analisadas por instituição para maior suporte ao analisá-las.

Instituição	Disciplinas Específicas	Ementa
Universidade A - Sede	Fundamentos de Língua Brasileira de Sinais na Educação	Reflexão sobre os aspectos históricos da inclusão das pessoas surdas na sociedade em geral e na Escola; a Libras como língua de comunicação social em contexto de comunicação entre pessoas surdas e como segunda língua. Estrutura linguística e gramatical da Libras. Especificidades da escrita do aluno surdo, na produção de texto em língua portuguesa. O intérprete e a interpretação como fator de inclusão e acesso educacional para os alunos surdos ou com baixa audição.
	Educação Física Adaptada	A Educação Física e o esporte adaptado no contexto da escola. As deficiências e suas características para a elaboração e aplicação de programas de Educação Física.
Universidade A - Campus	Educação Física Escolar para Pessoas com Deficiência I	Caracterização das deficiências no âmbito da Educação Física. Importância da Educação Física para essa população. Aspectos teórico-metodológicos na adaptação de atividades motoras orientadas para pessoas com deficiência. Educação Física e inclusão. Elaboração e organização de experiências pedagógicas no âmbito do ensino formal. Conhecer as fontes de informação sobre o tema e preocupar-se com a contínua atualização profissional.
	Educação Física Escolar para Pessoas com Deficiência II (ELETIVA)	Análise de novas referenciais teórico-metodológicos na realização de atividades corporais para pessoas com deficiência. Educação Física e inclusão. Elaboração e organização de projetos de ação docente no ensino formal. A deficiência no contexto das manifestações esportivas formais. Conhecer as fontes de informação sobre o tema e preocupar-se com a contínua atualização profissional.
	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	Introdução à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a modalidade diferenciada para a comunicação (gestual-visual).
Universidade B	Educação Física Inclusiva	Estudos para uma reflexão crítica sobre o Sistema Educacional Brasileiro, em seus aspectos filosóficos, sociais, econômicos, culturais e legais, que orientam e normatizam as Políticas de Atendimento aos alunos das Instituições de Ensino Regular e Especial. Análise das diretrizes sobre Educação Inclusiva, com ênfase na Deficiência física e mental em diferentes contextos nacionais e internacionais e as implicações e articulações com a Educação Física
	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	Estudos históricos da Educação de Surdos e da Libras. Legislação e acessibilidade na área da surdez. Aquisição da linguagem do surdo. Noções básicas da estrutura linguística da Libras e de sua gramática. Especificidades da produção textual escrita do surdo.
Universidade C	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	Estudos relativos a proposta de educação inclusiva sob o foco do educando surdo em seu processo histórico, perpassando pelas filosofias educacionais para esse público e metodologias de ensino. A legislação vigente e processos de acessibilidade. A importância da Libras na escolarização do aluno surdo, seus aspectos linguísticos e morfosintáticos. O papel do profissional intérprete em sala de aula inclusiva e a avaliação escolar.

Universidade D	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	As políticas de inclusão e exclusão sociais e educacionais. Filosofias educacionais na educação de surdos. Aspectos históricos e culturais, linguísticos, educacionais e sociais da surdez. Vocabulário em língua de sinais brasileira. A mediação do conhecimento através do intérprete de língua de sinais. O papel do intérprete de língua de sinais na sala de aula. A definição do que representa o intérprete-pedagógico na educação de surdos. O processo de ensino-aprendizagem da pessoa com surdez.
	Tópicos em Educação Inclusiva	Histórico da educação especial, legislação e políticas públicas e não públicas em educação especial: a integração da pessoa com deficiência na sociedade, na escola e no trabalho. Análise dos aspectos teóricos e metodológicos da temática do ensino inclusivo, processos de implementação da proposta de inclusão escolar, sua dinâmica no cotidiano da sala de aula, à docência, os alunos e a perspectiva culturalista no contexto da temática em questão.
	Educação Física Adaptada	Disciplina teórica-prática que objetiva o estudo das diversas categorias de deficiência e suas especificidades tendo em vista as ações pedagógicas na Educação Física. A pessoa com deficiência incluída nos diferentes contextos e um planejamento em Educação Física que proporcione a inclusão da pessoa com deficiência na práxis pedagógica.

Tabela 2 Ementas das Disciplinas voltadas especificamente para a temática Inclusão. Fonte: PPP das Universidades Públicas do Estado de Pernambuco que oferecem o curso de Licenciatura em Educação Física, no ano de 2019.

As demais disciplinas de Inclusão das instituições possuem pontos em comum e diferente entre elas, contudo visando os mesmos objetivos a inclusão das pessoas com deficiências nos contextos, sociais, históricos e legais. E que ao seguirem o que a ementa de cada uma propõe, irá possibilitar conhecimentos trazidos pelos professores numa área que pra muitos até então é desconhecida ou pouco familiarizada, onde muito desses discentes, mantém o primeiro contato com a área somente através dessas disciplinas. Mostrando através delas, a caracterização das deficiências no âmbito da Educação Física e a importância da Educação Física para essa população,

Das Universidades aqui estudadas, podemos destacar os principais pontos de aproximação e distanciamento como a forma em que as disciplinas são ofertadas, apenas uma delas possuem disciplinas optativas, A – Campus. O que agrega pontos positivos a presença delas no curso, dando um maior suporte para o discente, pois existe a necessidade do aluno de Licenciatura em Educação Física em obter mais conhecimento acerca do tema, visto que precisará atuar com alunos os quais tenha algum tipo de deficiência nas classes comuns da educação básica. Então apenas uma única ou duas disciplinas não será suficiente para prepará-lo, o fato de haver disciplinas optativas, possibilitará conhecimentos que irão contribuir para que os

discentes enriqueçam ainda mais o conhecimento já iniciado. Na oferta de disciplinas optativas e nas experiências acadêmicas voltadas para extensão e pesquisa, que também incentivem o acesso a tais conhecimentos os quais, por sua vez, possibilitam mudanças concretas, dentro da atuação docente diante da realidade social.

Em uma das Universidades, sendo ela a denominada de C, foi encontrada a informação “a definir”, sobre as disciplinas de caráter optativas, portanto, não constantes no PPC do curso, o que possibilita também espaço para a disponibilização de outras disciplinas em que os discentes pudessem então demonstrar interesse e necessidade junto à coordenação do curso buscando uma maior aproximação da área e assim, essa disponibilidade de disciplinas inclusivas poderia aumentar.

Podemos então, observar a diferença dos currículos das Universidades, a Instituição A- Sede, B e C, mostra-se em quantidades reduzidas de disciplinas voltadas para a temática sobre inclusão em relação à Universidade A- Campus e a D. Espera-se que o currículo das universidades de Pernambuco nos cursos de Licenciatura em Educação Física esteja constantemente passando por adequações quanto à presença de disciplinas com caráter inclusivo, para preparação dos docentes.

É relevante que esses conhecimentos sejam ofertados antes do primeiro contato com os alunos, ou seja, antes do primeiro estágio obrigatório, para que os discentes enquanto professores possam ter um norte de como deverá agir no ambiente escolar para efetivar a transformação pedagógica. Vale ressaltar que a forma em que essas disciplinas se apresentam na grade curricular do curso, irá implicar na inclusão escolar.

6.1 Análises por instituições

Na Universidade A - Sede

Se tratando das disciplinas voltadas para perspectiva inclusiva, o curso apresenta, duas disciplinas: **Fundamentos da língua brasileira de sinais**, a mesma é obrigatória e possui a carga horária de 60 horas, sendo 30 horas de carga horária prática e 30 horas para carga horária teórica. A disciplina é ofertada no 5º período e

apresenta como conteúdo: O indivíduo surdo ao longo da história (história das línguas de sinais no mundo e no Brasil, contribuições, impacto social e inclusão da pessoa surda por meio da língua brasileira de sinais, língua de sinais como línguas naturais). Gramática das libras (fonologia, morfologia, sintaxe, semântica lexical). Parâmetros da linguagem de sinais (expressão manual de sinais e soletramento e não manual, facial. Reconhecimento de espaço de sinalização, dos elementos que constituem os sinais, reconhecimento do corpo e das marcas não manuais, relação entre gesto e fala). Libras como língua de comunicação entre pessoas surdas e entre ouvintes e surdos bilingues (comunicando-se em libras nos vários contextos sociais, a libras falada na escola por professores, intérpretes e alunos surdos). O intérprete e a interpretação em libras/português enquanto mediação para aprendizagem na escola (noções sobre interpretação de libras na relação do professor e o intérprete de libras na educação do aluno surdo, o intérprete como colaborador e apoio ao professor no entendimento da produção textual do aluno.

E a disciplina de **Educação Física Adaptada**, também consta como obrigatória, possui carga horária de 45h sendo dividida entre 15 horas de carga horária prática e 30 horas para carga horária teórica. A disciplina é ofertada no 6º período e apresenta como conteúdo: história da deficiência, conceituação sobre igualdades/diferença e deficiência/eficiência de pessoas. Problematização da realidade enfrentada socialmente ao longo da história: preconceito e discriminação. Políticas públicas e as pessoas com deficiência, a pessoa com deficiência e a sociedade moderna, a pessoa com deficiência e a inclusão, a pessoa com deficiência sensorial, visual e auditiva nas suas características e classificações, a pessoa com deficiência física e mental, características e classificação, o esporte adaptado as pessoas com deficiência, modalidade adaptadas e especialmente criadas. Metodologia aplicada ao aluno com deficiência.

Na Universidade A - Campus

Em relação a temática inclusiva, o curso dispõe três disciplinas: **Libras**, sendo ela obrigatória com carga horária no total de 60h, sendo 30 horas de carga horária prática e 30 horas para carga horária teórica. A disciplina é ofertada no 8º período e apresenta como conteúdo: Apresentação e desenvolvimento da língua brasileira de sinais. Libras como língua legítima da comunidade surda e os sinais como alternativa

natural para a expressão linguística. A língua portuguesa como uma segunda língua para o desenvolvimento da leitura e escrita pelo aprendiz surdo.

A disciplina de **Educação física para pessoas com deficiência I**, consta como disciplina obrigatória, com 45h total, distribuída para 30h prática e 15h teórica. É ofertada no 7º período do curso, e apresenta como conteúdo: Tipos de deficiência, Importância da Educação Física para as pessoas com deficiência, Educação Física e inclusão social, Aspectos teórico-metodológicos para as práticas corporais com pessoas com deficiência, Projetos de atuação docente.

E a disciplina **Educação Física para pessoas com deficiência II**, que surge como aprofundamento da disciplina supracitada acima, sendo ela uma disciplina eletiva com carga horária total de 60h dividida entre 30h para carga horária prática e 30h para carga horária teórica. E apresenta como conteúdo: Novos referenciais teórico-metodológicos para as práticas corporais com pessoas com deficiência, Educação Física e inclusão social, Projetos de atuação docente, Esporte, dança, jogos, ginástica, lutas e deficiência, Paraolimpíadas.

Na Universidade B

Para a área inclusiva, o curso oferta duas disciplinas: **Libras**, a mesma é obrigatória e possui a carga horária de 60 horas, sendo 30 horas de carga horária prática e 30 horas para carga horária teórica. A disciplina é ofertada no 6º período.

E consta também a disciplina de **Educação Física Inclusiva**, sendo ela obrigatória e possui a carga horária de 60 horas, sendo 30 horas de carga horária prática e 30 horas para carga horária teórica. A disciplina é ofertada no 5º período. Com relação aos conteúdos, ambas as disciplinas estão sem especificação, mostrando apenas a carga horária destinada a ela, ementa, e referências básicas e complementares.

Na Universidade C

O curso apresenta apenas uma disciplina voltada para a temática inclusiva: **Libras**, a mesma é obrigatória e possui a carga horária de 60 horas, sendo 30 horas de carga horária prática e 30 horas para carga horária teórica. A disciplina é ofertada no 1º período e apresenta como conteúdo: Panorama do universo da Libras, Fundamentos da educação inclusiva aplicada a surdos; Introdução a língua viso-

espacial: Introdução da Gramática da Libras, História da educação dos surdos e aspectos sociais e filosóficos, Aplicações da Libras em sala de aula.

Na Universidade D

Em se tratando de disciplinas voltadas para a inclusão, o curso oferece três disciplinas: **Libras**, a mesma é obrigatória e possui a carga horária de 60 horas, sendo 30 horas de carga horária prática e 30 horas para carga horária teórica. A disciplina é ofertada no 2º período.

A disciplina de **Tópicos em educação inclusiva**, a mesma é obrigatória e possui a carga horária de 60 horas, sendo 30 horas de carga horária prática e 30 horas para carga horária teórica. A disciplina é ofertada no 4º período.

E a disciplina **de Educação Física Adaptada**, é obrigatória e possui a carga horária de 60 horas, sendo 20 horas de carga horária prática e 40 horas para carga horária teórica. A disciplina é ofertada no 5º período.

Com relação aos conteúdos ambas estão sem especificação, dividida por eixos mostrando apenas a carga horária destinada da disciplina, ementa, e referencias básicas e complementares.

A partir daqui destacaremos os resultados da pesquisa, baseados na técnica de análise de conteúdo. Após uma síntese da análise por instituição, e em seguida iremos expor uma visão geral dos resultados, com as nossas considerações.

6.2 Formação

A partir dos dados levantados e abordados anteriormente, inclusive no comparativo de disciplinas e instituições, destacaremos a partir deste momento, apoiando-se na técnica de análise de conteúdo, uma ampla análise a partir dos descritores e suas unidades de base, elencados no quadro 3. A formação de professores é um aspecto que merece ênfase quando se aborda a inclusão. Principalmente para a Educação física, onde é marcada em seu contexto histórico sobre práticas excludentes, é importante que o futuro professor tenha meios de como favorecer a inclusão em sua atuação docente, sendo imprescindível nesta etapa de formação o discente compreenderem esses aspectos. Ainda que não haja interesse pessoal em ter contato com a temática inclusão, isso não se torna um

motivo de justificativa, sendo algo que poderá levar até um possível fracasso durante sua docência.

Nesse sentido, tratar da educação inclusiva é uma pauta obrigatória no contexto educacional, principalmente quando se pretende ter um corpo docente que voltem suas aulas aos discentes de acordo com adequação para suprir as necessidades da sociedade atual. Levando isso em consideração, espera-se atualização e adequação com relação na preparação dos professores, visto que serão eles, o principal meio intermediador e responsáveis na atuação pedagógica dos alunos perante a inclusão.

O momento da formação inicial é a oportunidade desses futuros docentes ampliarem seus conhecimentos, aprender de que forma fornecer o acesso de conteúdos, valorizarem as diferenças e individualidades. Sanar dúvidas, e compreender que sua ação pedagógica fará parte de construções e transformações significativas. Uma formação inicial de qualidade e adequada prepara esses profissionais para a complexidade e desafios que se colocam a construção de uma educação inclusiva para atender as demandas existentes.

Para criar a oportunidade de aprendizagem igualitária em sala de aula é necessário avaliar a formação de professores, ou seja, a organização curricular dos cursos de licenciatura a fim de possibilitar a formação desses profissionais para a educação na perspectiva inclusiva.

Frank et al embasado em Tardif (2002) menciona que a arte de “professorar” não é uma atividade burocrática para a qual simplesmente se adquire conhecimentos e habilidades técnico-mecânicas. Acima de tudo, existe a necessidade de que o professor se atualize permanentemente. Sendo assim devemos refletir que diante a vastidão de conhecimentos, a graduação é o passo inicial para capacitação desses profissionais.

Demandas dos estudantes: Em se tratando de algo que os estudantes almejam durante a formação acadêmica, a possibilidade da flexibilidade com relação a oportunidades de disciplinas inclusivas para superar suas expectativas de aprenderem conhecimentos relacionados a EF inclusiva, além do incentivo ao acesso a esses conhecimentos os quais irão possibilitar mudanças concretas na realidade social e futuramente para sua docência, quando irão se deparar a ensinar para alunos que tenham alguma deficiência.

É necessário um maior desdobramento sobre o conhecimento a inclusão, na oferta de disciplinas optativas ou eletivas e nas experiências acadêmicas de extensão e pesquisa. Fica evidente também, que existe uma fragilidade ao possibilitar aprofundamento nas questões práticas sobre educação inclusiva. É relevante o aporte teórico sobre conhecimentos básicos relativos aos diversos tipos de deficiência, para que o professor tenha os devidos cuidados. A universidade é um dos pilares que prepara o profissional para o mundo, sendo, portanto, importante estar aberta a sugestões dos discentes acolhendo as necessidades deles visando uma melhor qualificação.

Educação física na Perspectiva Inclusiva: Ao longo da história, muitos dos espaços sociais foram negados à pessoa com deficiência, sobretudo, no âmbito escolar, em especial nas aulas de Educação física, e durante muito tempo, os estudantes com algum tipo de deficiência fizeram parte de um processo de exclusão. A Declaração de Salamanca de junho de 1994, uma das resoluções das Nações Unidas, resultado de uma Conferência Mundial de Educação Especial, foi um dos maiores marcos para promover a inclusão, trazendo seguimentos e normas, definindo princípios e políticas públicas.

O professor tem um papel muito forte, de grande importância e influência nesse processo de inclusão, enfrentando os desafios vivenciados no ensino regular. É preciso que o professor promova programas com qualidade e segurança, assim como, é fundamental que o mesmo tenha noções sobre algumas características de cada deficiência, sendo capaz de identificar suas potencialidades. Para isso, cabe ao professor planejar as aulas de acordo com as especificidades dos estudantes de cada turma. Buscando estratégias para dirimir a segregação e desvencilhar preconceitos, ocasionando uma atuação efetiva em sua prática.

Capacitação e Especialização Docente para futura atuação: A capacitação de professores para a educação inclusiva tem como objetivo aprofundar e ajudar a desenvolver as competências necessárias à atuação com seus alunos, principalmente com seus alunos algum que possuam algum tipo de limitação.

Para garantir uma atividade docente eficaz, o professor deverá considerar que a formação continuada é um processo de aprimoramento constante do saber necessário à prática educacional. Levando isso em consideração concordamos com

Frank 2013 et al, onde menciona que a formação docente percorre toda a vida profissional, sendo considerada como algo inacabado e processual.

Torna-se importante que os professores sejam instruídos a fim de atender às especificidades apresentadas pelos alunos. É importante que o aluno seja orientado, direcionado e instruído também para este caminho ainda na graduação sendo reflexivo com a sua prática pedagógica pensando na sua atuação como professor e de que forma poderá transformar a vida de seus alunos, a capacitação docente precisa estar vinculada à prática para que seja produtiva.

Nessa perspectiva compreendemos que faz parte da docência, também procurar se atualizar de todas as inovações, refletir sobre suas ações e buscar transformação. A capacitação e especialização é algo que deve ser desenvolvido e estimulado ainda na graduação. A continuidade da formação é uma possibilidade de explorar e desbravar maiores o conhecimento sobre a educação para inclusão ou deficiências. Porque através da qualificação dos professores, será possível um ensino que supere as barreiras das dificuldades.

Relação Teórico prática: Existe uma separação entre os conteúdos teóricos e práticos, contudo, deve-se garantir uma melhor distribuição de carga horária entre as disciplinas propostas na grade curricular, por isso deve ser garantida uma distribuição de carga horária de ensino efetivo com base onde a carga horária proposta para dar conta dos conhecimentos é colocada de forma insuficiente, sobretudo com poucas disciplinas.

É preciso que exista um vínculo entre teoria e prática, visto que a teoria traz embasamento para uma melhor compreensão e sentido da prática, ambas atuam com conjunto. A prática, por sua vez, irá promover o entendimento da teoria dando sentido e fundamentação para a ação do professor. Sendo assim direcionado para desempenhar com propriedade e competência sua função educacional.

A formação inicial de professores é compreendida como alicerce de toda sua construção para sua prática pedagógica. Nesse sentido Souza (2001, p. 7) menciona que: Teoria e prática constituem um todo único, não há prevalência de uma sobre a outra, há interdependência. Não há determinação de uma em relação à outra, há reciprocidade. Não há reticências de uma para outra, há dinamicidade.

6.2.1 Currículo

Carga horária das Disciplinas: Podemos observar que a carga horária destinada às disciplinas para a perspectiva inclusiva em algumas Universidades, eram inferiores se comparado com as demais. Na tentativa de contemplar o aluno com uma maior possibilidade de conhecimento e entendimento das particularidades que envolvem o trabalho do professor junto à pessoa com deficiências. Poderia se propor um quantitativo de carga horária em que os alunos tenham o máximo de tempo de exploração dos conteúdos. Fica evidente que a carga horária prevista nas disciplinas curriculares voltadas a temática estudada é insuficiente para tratar de um conhecimento específico, devido à demanda de conteúdo que a disciplina comporta. Muitas vezes, em decorrência da carga horária destinada a elas, não possibilitam ao professor universitário e aos estudantes do curso debater as dificuldades e as dinâmicas que ocorrem em turmas.

Disciplinas específicas voltadas para inclusão durante a graduação: Durante a duração da graduação de todos os cursos analisados foi possível observar que existe uma gama de conhecimentos trabalhados voltados para outras dimensões que não sejam para a perspectiva inclusão, apesar de, estarem indiretamente correlacionados.

Poder possibilitar uma proposta de mudança com o objetivo de inserir competências e habilidades nesse ambiente específico além de que seja inserida principalmente nas disciplinas obrigatórias do curso de Licenciatura em Educação Física; além disso, na medida do possível, propor a criação de disciplinas específicas, de fato existe sim as disciplinas que tratam especificamente as deficiências, porém, vale salientar que muitas vezes “apenas um momento” durante todo um curso se constitui muito pouco.

6.2.2 Relevância

Suporte Educacional e condições de trabalho- É importante que os discentes conheçam as dificuldades e busque formas de superá-las, se apoiando em conhecimentos, mas que as condições estruturais e infraestruturas também são

importantes e básicas para desenvolver um trabalho de qualidade. De acordo com Sasaki (2005) Para que a inclusão realmente acontece de maneira adequada, ele aponta a necessidade de desenvolvimento de seis tipos de acessibilidade: arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de trabalho, educação, etc.), instrumental (sem barreiras instrumentos, ferramentas etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas, etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência) (SASSAKI, 2005, p. 10-11).

Para promover um ensino de oportunidades igualitárias, tanto os discentes quanto os seus alunos precisam de um apoio técnico, acessibilidade e contato com recursos pedagógicos que possam auxiliar no desenvolvimento das atividades, de maneira que aprendam respeitando suas limitações, as tarefas que são comuns aos demais alunos da classe.

Viabilizar uma maior efetivação no processo de inclusão educacional, é imprescindível uma ação conjunta dos demais setores do contexto educacional. É preciso o envolvimento de todos os membros da equipe escolar no planejamento de ações e programas voltados à temática. Toda a gestão, de docentes, diretores e funcionários precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja aconteça nas escolas.

Análise e atualização constantes e adequadas do PPC: De maneira geral, o PPC do curso de Educação física, possui como objetivo formar profissionais críticos, éticos e capazes de conhecer as habilidades, competências e intervirem no meio no qual estão inseridos, no intuito de contribuir para a sociedade. Sendo assim, é importante que sejam realizadas constantes análises, aos PPCs das Universidades para verificar a necessidade de novas medidas, atualização de carga horária, disciplinas, ementas e conteúdos. Cabe ao curso de formação docente rever e organizar os currículos, revestida de valores teórico/práticos.

No intuito de oferecer um melhor desempenho e conseqüentemente, tornando-se cada vez mais capacitado em uma sociedade que exige cada vez mais que os profissionais se reinventem na tentativa de acompanhar a evolução do saber.

Ao programar os conteúdos curriculares dos cursos superiores de Licenciatura em Educação Física faz-se necessário e viável que haja uma flexibilização e aprimoramento do mesmo, visto que o currículo é uma ferramenta primordial para a organização didática no processo de ensino e aprendizagem do indivíduo.

Planejamento: O planejamento de ensino é uma construção norteadora da ação docente, que organiza e dá direção a prática coerente com os objetivos a que se propõe projeto político-pedagógico. Segundo Gimeno Sacristán (1998), “a função do planejamento é de ir formando progressivamente o currículo em diferentes etapas, fases, ou através das instâncias que o decidem e moldam”

Na perspectiva de que a organização dos conteúdos é algo muito relevante na futura atuação profissional, o planejamento pedagógico e a aplicação de estratégias com mais segurança e propriedade. Na preparação da formação discentes e demais atividades. Nesse sentido que o planejamento do currículo deve ser pensando no contexto da prática cotidiana escolar.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como intuito contribuir para as discussões acerca da formação inicial de professores, direcionando olhares para forma em que a perspectiva inclusiva se organiza nos currículos das Universidades. Através do mesmo, foi possível verificar de que forma a perspectiva da inclusão está inserida no currículo do curso de licenciatura em educação física das instituições públicas federais de Pernambuco selecionadas.

Discutir o papel do currículo na formação dos professores é importante para que assim seja estruturada e bem articulada com as demandas da graduação, essencialmente entre a relação teórica prática, buscando para a sociedade valorização por uma educação igualitária.

Nesse sentido, é importante pensar no currículo diante do contexto da inclusão escolar da pessoa com deficiência e de forma este processo poderá influenciar na vida dos discentes. Os documentos aqui trazidos para a realização da pesquisa consistem em um conjunto de definições sobre normas e princípios, e procedimentos, que possui a finalidade de nortear as instituições acerca de suas organizações e desenvolvimento de suas propostas pedagógicas.

Visando portando, uma qualificação adequada para um bom preparo profissional, onde o mesmo possa em sua prática lidar com as situações adversas que permeia a inclusão. Nesta perspectiva, espera-se um currículo bem fundamentado para a perspectiva diante do contexto educacional inclusivo. Pois esse processo de formação do professor influencia diretamente no processo de ensino-aprendizagem.

Para a execução de um Currículo inclusivo espera-se que seja possível garantir uma educação abrangente, objetivando assegurar o direito à educação a todos, independentemente de suas características ou limitações.

Portanto constitui-se importante a pesquisa e investimento na formação de professores durante a graduação para o trato com esse público, uma vez que identificadas as dificuldades em campo nesta área do conhecimento.

Diante dos dados obtidos pelo estudo, observamos um quadro escasso a respeito da presença da Inclusão mais precisamente nos cursos de Licenciatura

em Educação Física em Pernambuco, e por isso, espera-se que haja reflexões acerca dos currículos pensados por partes das universidades para que os professores saiam da formação inicial com conhecimento mais abrangente sobre a temática e que os possibilitem ter condições suficientes de realizarem seu trabalho da melhor forma possível.

Com isso pode-se concluir que o currículo das universidades de Pernambuco nos cursos de Licenciatura em Educação Física estabeleça modificações quanto à preparação dos docentes. Pois o suporte oferecido pode ser insuficiente para a materialização dos conhecimentos da educação física na temática em questão.

É importante também, que sejam ofertadas disciplinas optativas como forma de oferecer um conhecimento de forma mais abrangente, indo além das disciplinas propostas no currículo dos cursos de graduação, em curto prazo para suprir uma necessidade dos discentes e futuros docentes pela ausência da temática Inclusão no curso e a longo prazo como forma de complementar e aprofundar o conhecimento na área.

Por fim, é importante que haja investimentos na base dos cursos de Educação Física e na educação continuada dos docentes, para que desta forma seja possível termos uma educação mais justa e igualitária. Espera-se através desta produção favorecer discussões e compreensão acerca das inquietações aqui supracitadas. A educação física escolar é um componente auxiliador na inclusão, contudo, é necessário que haja uma transformação no contexto geral para que o aspecto da inclusão seja efetivado e reconhecido.

Conclui-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido, pois incluir não é apenas possibilitar o acesso disciplinas inclusivas inseridas no currículo de uma graduação, é preciso acolher as diferenças, levantar debates, socializar experiências e garantir a formação de professores capacitados efetivo, mas pequenas mudanças é o ponto inicial para fazer a diferença.

REFERÊNCIAS

AMIRALIAN, Maria LT et al. Conceituando deficiência. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 97-103, Feb. 2000.

ARANHA, M. S. F. **Educação Inclusiva**: transformação social ou retórica. In: OMOTE, S. Inclusão: intenção e realidade. Marília, SP: Fundepe Publicações, 2004.

ARAUJO, José Carlos S. **As instituições escolares na Primeira República**: ou os projetos educativos em busca de hegemonia. In NASCIMENTO, Maria Isabel M et alii (orgs.). Instituições escolares no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2007, p. 95-122.

ARAÚJO, José Newton Garcia de. **Pessoas com deficiência**: entre exclusão, integração e inclusão no mundo do trabalho. In: Encontro ABRAPSO, XIV, 2007, Rio de Janeiro, Anais eletrônicos... Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/pdf/trab_compl_et>. Acesso em: 15 nov. 2018

BRASIL. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: **Decreto nº 6.949**, de 25 de agosto de 2009. 4ª Ed., rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. 100p.

BRASIL. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. **Brasília**: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.296**, de 2 de dezembro de 2004. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> Acesso em: 17 dezembro 2018.

BOBBITT, J.F. (1918). **The Curriculum** (Tradução portuguesa e introdução de João Menelau Paraskeva). Lisboa: Didáctica Editora, 2004.

- BOBBITT, John Franklin. **O currículo**. Lisboa: Didática, 2004
- BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.
- CORRÊA, Maria Ângela Monteiro. **Educação Especial**. Volume 1 – Módulos 1 a 4. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2004.
- CARVALHO Rosita Edler. **A escola como espaço inclusivo**. In. IV Congresso de Educação de Presidente Prudente, Revista de anais. Presidente Prudente. 1998.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1998.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha.
- EYNG, Ana Maria. **Currículo escolar**. Curitiba, IBPEX, 2010
- EYNG, Ana Maria. **Currículo e avaliação: duas faces da mesma moeda na garantia do direito à educação de qualidade social**. Revista Diálogo Educacional, V.15, n, 44, Champagnat, Curitiba, 2015
- FREIRE, Sofia. **Um olhar sobre a inclusão**. Revista da Educação, Vol. XVI, nº 1, 2008, p. 5-20
- GARCIA, Carlos Marcelo. **Formação de Professores: Para uma mudança educativa**. Trad. Isabel Narciso. Porto Editora, Porto, 1999.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (organizadores). **Métodos de Pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf> Acesso em: 27 janeiro 2018.

GOMES, Alberto Albuquerque. **Considerações sobre a pesquisa científica:** em busca de caminhos para a pesquisa científica. Intertemas, Presidente Prudente, v. 5, p. 61-81, nov. 2001.

GOMES, M. F. C. M. **Avaliação de políticas sociais e cidadania:** pela ultrapassagem do modelo funcionalista clássico. In: SILVA, M. O. DA S. (org.). Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática. São Paulo: Veras, 2001.

GOFFREDO, V. L. F. S. de, **Como formar professores para uma educação inclusiva?** Benjamin Constant; Formação de professores; n. 27, p. 20-24; Rio de Janeiro, ano 10, abril, 2004.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história.** Petrópolis: Vozes, 1995.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade.** 2008.

LINDOSO, Rosângela C.B. **Efeitos da política educacional de Pernambuco no trabalho docente:** as contradições advindas de processos de regulação e responsabilização. Universidade Federal de Pernambuco, CE. Programa de Pós-graduação em Educação, 2017.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil:** história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social:** Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

Moreira, M.A. (1999). **Aprendizagem significativa.** Brasília: Editora da UnB.

MOREIRA, A.F.B. **Currículos e Programas no Brasil.** Campinas, SP: Papyrus, 1990.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez: Brasília, UNESCO, 2011.

NORONHA, Eliane Goncalves. PINTO, Cibele Lemes. **Educação especial e inclusiva:** aproximações e convergências. Disponível em: http://www.catolicaonline.com.br/semanapedagogia/trabalhos_completos/EDUCA%C3%87%C3%83O%20ESPECIAL%20E%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INCLUSI

VA-%20APROXIMA%C3%87%C3%95ES%20E%20CONVERG%C3%8ANCIAS.pdf.
Acesso em 27/01/20119.

PACHECO, J. A. **Currículo, investigação e mudança**. In: CNE (Org.). A educação em Portugal (1986-2006): alguns contributos de investigação. Lisboa: CNE, 2007, p. 79-148.

PACHECO, M. M. D. R. **Currículo, interdisciplinaridade e organização dos processos de ensino**. Fundação Hermínio Ometto / Uniararas, 2007.

Robson Frank¹ Jeferson; Stocco² Douglas; Roberto Borella³; Jalusa Andréia Storch⁴; Ângela Schone⁵. **FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE DOCENTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA ATUANTES NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**. Rev. Motrivivência Ano XXV, Nº 40, P. 80-89 Jun./2013.

RODRIGUES, David. **A Educação Física Perante a Educação Inclusiva: Reflexões Conceptuais e Metodológicas**. Maringá: v. 14, n. 1, sem. 2003.

RODRIGUES, David (org.) **"Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva"**, S. Paulo. Summus Editorial, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Como chamar as pessoas que têm deficiência**. Revista da Sociedade Brasileira de Ostromizados, v. 1, n. 1, p. 8-11, 2003.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: o paradigma do século 21**. Revista Inclusão, v. 1, n. 1, p. 19-23, out. 2005.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, M. A. **Qualidade social da educação pública: algumas aproximações**. Cadernos Cedes, Campinas, v. 29, n. 78, p. 216-226, maio/ago. 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SILVA, O. M. **A Época Ignorada: A Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje**. São Paulo; Caderno Cedes, 1986

SOUZA JÚNIOR, M. B. M. de. et. al. A análise de conteúdo como forma de tratamento dos dados numa pesquisa qualitativa em Educação Física Escolar. **R. Movimento**, porto Alegre, v.16, n. 03, p. 31-49, julho/setembro de 2010.

SOUZA, N. A. **A relação teoria-prática na formação do educador**. In: Anais da Semana de Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 22, p. 5-12, 2001.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TYLER, Ralph Winfred. **Princípios básicos de currículo e ensino**. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1978.

ZOBOLI, F; BARRETO, S.J.A corporeidade como fator de inclusão das pessoas com condições de deficiência. In: RODRIGUES, D. **Atividade Motora Adaptada**: a alegria do corpo. Ed. Artes Médicas, 2006.